

**FACULDADE CATÓLICA DE ANÁPOLIS  
CURSO DE PEDAGOGIA**

**ANA LARA CARDOSO COELHO  
CAMILA SOARES DA CRUZ BARBOSA**

**ENSINO REMOTO EMERGENCIAL: DESAFIOS E ESTRATÉGIAS FRENTE AO  
CONTEXTO DA PANDEMIA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL.**

**ANÁPOLIS – GO  
2021**

**ANA LARA CARDOSO COELHO**  
**CAMILA SOARES DA CRUZ BARBOSA**

**ENSINO REMOTO EMERGENCIAL: DESAFIOS E ESTRATÉGIAS FRENTE AO  
CONTEXTO DA PANDEMIA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL.**

Trabalho de conclusão de curso apresentado a Faculdade Católica de Anápolis, como requisito essencial para obtenção do título de licenciada em **Pedagogia**, sob a orientação do Prof<sup>o</sup> Me. Leandro Frederico da Silva.

**ANÁPOLIS – GO**  
**2021**

## ENSINO REMOTO EMERGENCIAL: DESAFIOS E ESTRATÉGIAS FRENTE AO CONTEXTO DA PANDEMIA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL.

AUTOR 1/ **Camila Soares Da Cruz Barbosa** – millah2019@gmail.com<sup>1</sup>

AUTOR 2/ **Ana Lara Cardoso Coelho**– analaracardoso73@gmail.com<sup>2</sup>

AUTOR 3/ **Leandro Frederico Da Silva** – leandro@catolicadeanapolis.edu.br<sup>3</sup>

---

### RESUMO

O presente artigo teve como objetivo analisar os impactos do Ensino Remoto Emergencial na etapa dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Nesse sentido, observou-se a importância de discutir sobre esse novo modelo, por ter gerado grandes mudanças e desafios na educação. Ademais, buscou-se investigar os desafios enfrentados pelos envolvidos no processo ensino-aprendizagem, as estratégias e recursos utilizados pela a escola. Assim, a pesquisa foi realizada de forma exploratória e utilizou-se o método quali-quantitativo, com levantamento de dados em uma Escola Municipal de Anápolis. A coleta de dados aconteceu através de questionários aplicados aos professores dos anos iniciais, equipe gestora e a uma amostra dos familiares dos educandos. O estudo revelou a complexidade da inserção do ensino remoto nesta etapa, principalmente por ser uma fase que abrange crianças que necessitam de apoio, como também na perspectiva de famílias de baixa renda, pois se identificou diversos desafios e apesar dos diferentes meios utilizados para efetuar as atividades não presenciais, estes não conseguem oferecer as mesmas oportunidades para os diversos contextos em que os educandos estão inseridos, trazendo assim déficits para a aprendizagem.

**Palavras-Chave:** Ensino Remoto Emergencial; Desafios; Anos Iniciais; Ensino Fundamental; Pandemia.

---

### INTRODUÇÃO

Em março de 2020, decretou-se oficialmente, no Brasil, a chegada da pandemia do Covid-19. Isso ocasionou diversas mudanças em várias áreas da sociedade, por conta do isolamento social necessário para conter a disseminação do vírus. Nesse sentido todas as atividades exercidas no país se viram obrigadas a reinventar o seu modo de atuação. Diante desse cenário, nota-se a grande interferência da pandemia em todas as atividades,

---

<sup>1</sup> Licencianda em Pedagogia / FCA.

<sup>2</sup> Licencianda em Pedagogia / FCA.

<sup>3</sup> Mestre em Ensino de Ciência//UEG. Especialista em Educação Matemática/UFG. Licenciado em Matemática//UEG. Licenciado em Pedagogia/UniBF. Bacharel em Direito/UniEvangélica. Professor/ Faculdade Católica de Anápolis e Faculdade Metropolitana de Anápolis.

principalmente no âmbito escolar, haja vista que foi necessário paralisar suas atividades de maneira imediata.

Mediante os desafios impostos pela pandemia, o segmento educacional percebeu a importância da continuidade do ensino, apesar do cenário desfavorável. Para isso, criou-se o Ensino Remoto Emergencial, o qual se caracteriza como um modelo de ensino de caráter temporário, que envolve atividades totalmente remotas e soluções de ensino adequadas.

Nesse contexto, o estudo em questão se propôs a analisar os principais desafios concernentes a essa modalidade de ensino, nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, em uma escola pública de Anápolis, de modo a identificar as estratégias e os recursos utilizados, com o objetivo de compreender os resultados obtidos por essa atividade atípica.

Buscou-se ainda pesquisar acerca do Ensino Remoto Emergencial, a fim de estudar sobre a legislação voltada à educação, neste período, bem como verificar os recursos utilizados pela escola e, por fim, identificar, por meio de questionários aplicados aos docentes, equipe gestora e familiares, reflexões sobre o objeto de estudo.

A respeito dessa temática, nota-se a sua grande relevância no tocante à ministração do ensino, uma vez que propiciou novas abordagens, recursos e perspectivas de ensino. Por conseguinte, o presente estudo tem como objetivo contribuir com a divulgação de informações para as escolas e propiciar maior conhecimento a respeito dessa realidade. De igual modo, a relevância do estudo se destaca ainda mais pelo fato de ainda existirem poucas pesquisas a respeito dessa modalidade.

Realizou-se a presente pesquisa por meio do método exploratório, a fim de proporcionar maior familiaridade com o problema. Também foram utilizados o método de pesquisa bibliográfica, documental e levantamento. Para tanto, foram utilizados questionários para obtenção de dados que se transformaram em textos e gráficos, os quais demonstram os resultados coletados por intermédio de uma abordagem quali-quantitativa.

O artigo está dividido em seis partes. A primeira contém o resumo e a introdução. Em seguida, tem-se a fundamentação teórica, os procedimentos metodológicos, os resultados e a discussão, a consideração final e as referências.

Com o resumo e a introdução, objetivou-se apresentar a temática do artigo, bem como os objetivos e as finalidades. A fundamentação teórica esclarece diversas dúvidas sobre a

modalidade, de maneira a mostrar como surgiu, qual é a legislação que a embasa, quais são os recursos utilizados durante a educação remota e quais são os desafios vivenciados pelo os envolvidos. Por sua vez, o procedimento metodológico apresenta a forma como a pesquisa foi realizada, por meio do levantamento de dados e dos questionários. Mais adiante, o resultado e a discussão possibilitam a análise crítica e um melhor entendimento do assunto, por se tratar de resultados que são apresentados visualmente em gráficos e que possuem fundamentação teórica suficiente, bem como estão baseados nas percepções dos autores que realizaram e acompanharam de perto o levantamento de dados. Por fim, as considerações finais expõem alguns resultados e comentários, de maneira a ponderar sobre o que foi encontrado, bem como gerando reflexão sobre a possibilidade de continuidade futura sobre o tema, por meio de novas pesquisas.

## **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### **O Ensino Remoto Emergencial**

Para abordar sobre o que é o Ensino Remoto Emergencial se faz necessário um breve histórico do contexto em que este surgiu. Dessa forma, inicia-se relatando o início da pandemia. Em dezembro do ano de 2019, manifestaram-se, em Wuhan, na China, alguns casos de uma pneumonia que até então era de razão desconhecida, sendo que no dia 31 de dezembro deste mesmo ano o país emitiu um alerta para a Organização Mundial da Saúde sobre essa doença de causa misteriosa. Apesar disso, foi somente no dia 9 de janeiro de 2020 que a OMS divulgou o resultado das análises que comprovaram que a infecção era causada pelo novo coronavírus, de modo que, naquele mesmo dia, houve a primeira morte causada por este vírus.

Mesmo com todas as providências do governo chinês, para tentar conter sua disseminação, rapidamente o SARS-CoV-2, que é o referido vírus, espalhou-se internacionalmente, chegando ao Brasil em fevereiro de 2020. Alguns dias depois, em 11 de março, a situação que assolava todo o mundo foi considerada, pela Organização Mundial da

Saúde, uma pandemia. Por causa disso, vários países, inclusive o Brasil, tiveram que adotar diversas medidas para tentar controlar a propagação deste vírus e proteger a população, uma vez que ele possui um elevado grau de contágio e considerável nível de letalidade, além de deixar algumas sequelas nos infectados, sendo que, se nenhuma medida fosse executada, o colapso na saúde seria eminente.

Em vista disso, foi sancionada a Lei nº13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para o enfrentamento de emergência na saúde pública, de nível internacional, causada pela covid-19. Dentre essas precauções estavam o isolamento social e a quarentena. Consequentemente, após a aparição dos primeiros casos no Brasil, regras de isolamento social e quarentena foram adotadas em vários estados, o que afetou inúmeros setores, dentre eles a educação.

Este cenário inusitado atingiu imensamente o setor educacional, visto que além do pânico causado pela ameaça de um vírus altamente contagioso em circulação, alunos, professores e famílias se depararam com a suspensão das atividades presenciais nas escolas, porquanto esse local é foco de aglomeração. Diante disso, surgiu o paradoxo para o processo de ensino-aprendizagem de como ele seria realizado nesta situação. Assim,

de acordo com a UNESCO (2020), cerca de 1,2 bilhão de estudantes de todo o mundo foram afetados com essa situação. Neste horizonte, a utilização das Tecnologias Digitais Interativas (TDIs) ganhou espaço, exigindo que a escola tivesse que se adaptar aos modos de ensinar e de aprender, com vistas a ressignificar seus processos pedagógicos, principalmente, em relação à transição da modalidade presencial, substituída mesmo que, temporariamente, pela online. (OLIVEIRA; CORRÊA; MORÉS, 2020, p. 6).

Neste contexto, medidas precisaram ser tomadas para dar prosseguimento ao processo ensino-aprendizagem durante a pandemia e o isolamento social. Assim, com a necessidade do distanciamento geográfico entre os envolvidos, como citado pelos autores, as tecnologias digitais interativas ganharam espaço como uma opção para dar continuidade durante este período emergencial na saúde pública. Com esse advento, “surgem diversos termos, tais como EAD, educação virtual, educação domiciliar (*homeschooling*), ensino remoto, educação mediada com TDICs, os quais deixam pais, professores e alunos bastante confusos.” (JOYE; MOREIRA; ROCHA, 2020, p. 13).

A esse respeito, cabe salientar que o modelo de educação utilizado neste momento não pode ser denominado como Educação a Distância, isto é, EAD, pois apesar de parecer e de muitos acreditarem que os termos são sinônimos, há divergências entre ele e o Ensino Remoto, uma vez que

quando tratamos de EAD, ou Educação a Distância, podemos falar em uma modalidade que já está regulamentada no Brasil desde a década de 1990, quando foi regulada pela LDB 9394/90 em seu artigo 80 e ampliada nas regulamentações posteriores. A EAD, diferente do Ensino Remoto, tem um modelo pedagógico estruturado além de ser uma modalidade legalizada no Brasil. Retoma-se aqui que o termo Ensino Remoto surge com a pandemia. [...] Na EAD, temos uma arquitetura pedagógica construída para o seu funcionamento. (COSTA; COSTA, 2021, p. 12)

Desse modo, o modelo de ensino utilizado no atual contexto pandêmico é nomeado como Ensino Remoto Emergencial, que pode ser definido como

uma modalidade de ensino ou aula que pressupõe o distanciamento geográfico de professores e estudantes e vem sendo adotada nos diferentes níveis de ensino, por instituições educacionais no mundo todo, em função das restrições impostas pelo COVID-19, que impossibilita a presença física de estudantes e professores nos espaços geográficos das instituições educacionais. [...] é, na realidade, um modelo de ensino temporário devido às circunstâncias desta crise. Envolve o uso de soluções de ensino totalmente remotas idênticas às práticas dos ambientes físicos. (MOREIRA; SCHLEMMER, 2020, p. 8)

Deste modo, a circunstância causada pelo novo coronavírus ocasionou, na educação, a exigência da transposição das aulas para este novo modelo nomeado como Ensino Remoto Emergencial, o qual possui caráter temporário e “envolve o uso de soluções de ensino e produção de atividades totalmente remotas, como, por exemplo, a produção de videoaulas que podem ser transmitidas por televisão ou pela Internet” (JOYE; MOREIRA; ROCHA, 2020, p. 13). Nesse sentido, suas características se assemelham com o presencial, as aulas ocorrem geralmente no mesmo horário e com a mesma carga horária da aula presencial, sendo ministrada pelos mesmos professores.

Todavia, embora este formato contenha características semelhantes àquilo que era realizado no espaço físico, essa transferência causou aflições para os incluídos, pois a sua adaptação é complexa. Por ser de caráter emergencial, os envolvidos não estavam preparados e o currículo não era adequado a tal circunstância, ao contrário do que acontece na EAD,

modalidade em que os professores/tutores têm preparação própria e um modelo pedagógico estruturado para ser mediado à distância.

No Brasil, além desta denominação, o modelo utilizado durante a pandemia também é concebido como atividades pedagógicas não presenciais, de acordo com o Parecer CNE/CP N° 5/2020 e, no Estado de Goiás, como Regime de Aulas Não Presenciais, ou “REANP”, de acordo com o Conselho Estadual de Educação.

### **Estratégias político-educacionais de enfrentamento à pandemia da Covid-19**

De modo a enfrentar a pandemia e dar seguimento ao processo de ensino aprendizagem, por meio do Ensino Remoto Emergencial ou das atividades não presenciais, em todas as etapas da educação, necessitou-se de documentos que regulamentassem e orientassem acerca desse modelo. Sendo assim, em âmbito nacional, estadual e municipal, leis, decretos, pareceres, portarias e resoluções foram publicados para estabelecer as medidas a serem adotadas durante este cenário caótico. Diante disso, nesta pesquisa, estratégias político-educacionais elaboradas durante este período serão abordadas, de maneira que serão priorizadas as que referem aos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Em âmbito nacional, após a publicação da Lei n° 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, e com o avanço da Covid-19 pelo país, houve várias publicações que dispunham sobre as medidas para enfrentamento ao vírus na educação, sendo que uma das primeiras foi a Nota de Esclarecimento do Conselho Nacional de Educação, de 18 de março de 2020. Nela, além de orientar sobre as possibilidades de reorganização do calendário escolar, a viabilidade de efetuação do ensino remoto na educação básica foi estabelecida. Por conseguinte, declara-se que,

no exercício de sua autonomia e responsabilidade na condução dos respectivos projetos pedagógicos e dos sistemas de ensino, compete às autoridades dos sistemas de ensino federal, estaduais, municipais e distrital, em conformidade com o Decreto n° 9.057, de 25 de maio de 2017, autorizar a realização de atividades a distância nos seguintes níveis e modalidades:

I - ensino fundamental, nos termos do § 4° do art. 32 da Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996; (BRASIL, 2020)

Um tempo após este esclarecimento, foi publicada a Medida Provisória (MP) nº 934, de 1 de abril de 2020, com força de lei, que estabeleceu normas excepcionais sobre o ano letivo, sendo estas tanto para a educação básica quanto para o ensino superior. Isso se deu por conta do avanço da pandemia, porquanto tornou necessário pensar em medidas em longo prazo. Dessa forma, de acordo com o texto,

o estabelecimento de ensino de educação básica fica dispensado, em caráter excepcional, da obrigatoriedade de observância ao mínimo de dias de efetivo trabalho escolar, nos termos do disposto no inciso I do caput e no § 1º do art. 24 e no inciso II do caput do art. 31 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, desde que cumprida a carga horária mínima anual estabelecida nos referidos dispositivos, observadas as normas a serem editadas pelos respectivos sistemas de ensino. (BRASIL, 2020)

Logo, os sistemas de ensino passaram a ser obrigados a cumprirem apenas a carga horária mínima anual, sendo que, para executar isto, deveriam seguir as normas editadas por cada responsável pelo sistema de ensino, no âmbito de sua autonomia. Nesse sentido, após esta MP orientar sobre a carga horária, em 28 de abril de 2020, foi aprovado o Parecer CNE/CP nº 5/2020, que tem como assunto principal a reorganização dos calendários escolares e a realização de atividades pedagógicas não presenciais durante o período de pandemia da Covid-19. De acordo com este documento, a reestruturação do calendário escolar para o cumprimento da carga horária mínima, seguindo a LDB, poderia ser realizado por meio da

a reposição da carga horária de forma presencial ao fim do período de emergência;  
a realização de atividades pedagógicas não presenciais (mediadas ou não por tecnologias digitais de informação e comunicação) enquanto persistirem restrições sanitárias para presença de estudantes nos ambientes escolares, garantindo ainda os demais dias letivos mínimos anuais/semestrais previstos no decurso; e  
a ampliação da carga horária diária com a realização de atividades pedagógicas não presenciais (mediadas ou não por tecnologias digitais de informação e comunicação) concomitante ao período das aulas presenciais, quando do retorno às atividades. (BRASIL, 2020, p. 6)

Ao longo de seu texto, o parecer orienta sobre essas probabilidades. Assim, ele alega que a utilização da reposição da carga horária, unicamente de forma presencial, sempre foi a mais aplicada no Brasil, porém, durante este momento de pandemia, seria inviável, visto que as aulas poderiam ficar suspensas por um longo período, o que poderia acarretar problemas de

retrocesso educacional e afetar o anuário escolar de 2021, além de trazer outros prejuízos, como uma sobrecarga de trabalho pedagógico, tanto para professores quanto para alunos, o que, conseqüentemente, agravaria sua aprendizagem. Diante disso, o parecer recomenda que “sejam permitidas formas de reorganização dos calendários utilizando as duas alternativas de forma coordenada, sempre que for possível e viável”, ou então a utilização única das atividades não presenciais.

No decurso do restante deste documento, são expostas alternativas de atividades não presenciais para cada etapa ou nível da educação, sendo que estas propostas são baseadas nas possibilidades para cada faixa etária atendida, mas sempre de modo facultativo, visto que cabe aos respectivos sistemas de ensino a responsabilidade de adotá-las ou não. Além disso, ele orienta sobre os objetivos de aprendizagem que necessitam ser atingidos.

Ainda sobre a regulamentação da educação no período de pandemia, em 18 de agosto de 2020, a MP n° 934 foi convertida na Lei 14.040. Desse modo, além do já estabelecido anteriormente, que versava sobre a não obrigatoriedade do cumprimento dos 200 dias letivos e o necessário cumprimento da carga horária mínima anual, foram definidas outras normas educacionais excepcionais. De igual modo, a possibilidade de atividades remotas também foi mencionada, de modo que,

§ 4° A critério dos sistemas de ensino, no ano letivo afetado pelo estado de calamidade pública referido no art. 1° desta Lei, poderão ser desenvolvidas atividades pedagógicas não presenciais:

II – no ensino fundamental e no ensino médio, vinculadas aos conteúdos curriculares de cada etapa e modalidade, inclusive por meio do uso de tecnologias da informação e comunicação, cujo cômputo, para efeitos de integralização da carga horária mínima anual, obedecerá a critérios objetivos estabelecidos pelo CNE.

§ 5° Os sistemas de ensino que optarem por adotar atividades pedagógicas não presenciais como parte do cumprimento da carga horária anual deverão assegurar em suas normas que os alunos e os professores tenham acesso aos meios necessários para a realização dessas atividades. (BRASIL, 2020)

Dessa forma, a possibilidade de atividades não presenciais como uma alternativa durante este momento ficou normatizada, seguindo o que já havia sido proposto pelo Parecer n° 5/2020, em que se tem a expectativa da utilização, ou não, das tecnologias de informação e comunicação. Todavia, nessa lei, o governo federal responsabilizou os sistemas de ensino de assegurar o acesso aos meios necessários para realização destas atividades, trazendo, assim, um grande desafio, pois, no Brasil, nem todos os professores e alunos possuem acesso à

internet, aos smartphones e aos computadores. Portanto, para continuar com processo, o mais viável às escolas públicas seria disponibilizar tarefas não mediadas por esses meios.

A partir do que foi determinado na Lei 14.040, foi publicado, no dia 06 de outubro de 2020, o Parecer CNE/CP nº 15/2020, que instituiu as Diretrizes Nacionais, as quais orientariam a implementação do previsto por essa lei. Nesse documento, algumas ações já citadas dispositivos anteriores são reiteradas. Ademais, ele aborda, também, o ensino remoto, o qual é definido no documento como “o conjunto de atividades realizadas com mediação tecnológica ou por outros meios, a fim de garantir atendimento escolar essencial durante o período de restrições de presença física de estudantes na unidade educacional” (BRASIL, 2020, p. 10). Para estas, além do que já havia sido reforçado anteriormente, estabeleceu-se que

Art. 15. Para fins de cumprimento da carga horária, a critério dos sistemas de ensino, podem ser computadas as atividades pedagógicas não presenciais, considerando, obrigatoriamente: [...]

II – previsão de alternativas para garantia de atendimento dos objetivos de aprendizagem para estudantes e/ou instituições escolares que tenham dificuldades de realização de atividades não presenciais de ensino;

III – realização de processo destinado à formação pedagógica dos professores para utilização das metodologias, com mediação tecnológica ou não, a serem empregadas nas atividades não presenciais; e

IV – realização de processo de orientação aos estudantes e suas famílias sobre a utilização das metodologias, com mediação tecnológica ou não, a serem empregadas nas atividades não presenciais. (BRASIL, 2020, p. 11)

Fora essa orientação geral, o documento também instruiu sobre cada etapa educacional separadamente, de forma que, para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental, abordou-se que

as atividades não presenciais na etapa dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental devem ser mais estruturadas e requerem supervisão de adulto, uma vez que as crianças se encontram em fase de alfabetização formal, sugerindo-se as seguintes possibilidades:

I – aulas não presenciais, síncronas ou assíncronas, organizadas pela instituição ou rede escolar, de acordo com as diretrizes da BNCC, os princípios da Política Nacional de Alfabetização (PNA), e a proposta curricular e objetos de conhecimento relacionados à BNCC;

II – sistema de monitoramento das atividades não presenciais sob a orientação da instituição e do corpo docente e, quando possível, com o acompanhamento dos pais ou responsáveis; (BRASIL, 2020, p. 13)

Portanto, evidencia-se que os sistemas de ensino que optarem pela realização de atividades remotas terão uma missão desafiadora, principalmente nos anos iniciais, o que estabelece a necessidade da colaboração familiar.

Ao analisar a situação do estado de Goiás, percebe-se que este foi um dos primeiros a declarar a situação de emergência, o que foi feito por meio do Decreto n° 9633, de 13 de março de 2020. Nele, afirma-se que

Art. 1° Ficam estabelecidos os procedimentos preventivos de emergência a serem adotados pelo Poder Executivo do Estado de Goiás e seus servidores, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, em razão de pandemia do novo coronavírus - COVID-19. [...]

§ 2° As aulas escolares, nos estabelecimentos públicos e privados, poderão ser suspensas conforme critérios epidemiológicos e assistenciais determinados pela autoridade sanitária. (GOIÁS, 2020, p. 1)

Desta forma, já havia, neste decreto, a possibilidade de paralisação das aulas, que foi confirmada pela Nota Técnica n° 1/2020, da Secretaria de estado da Saúde, a qual determinou

paralisar as aulas, de preferência por meio da antecipação das férias escolares, em todos os níveis educacionais, públicos e privados, de modo a interromper as atividades por 15 dias preferencialmente a partir de 16/03/2020, com tolerância máxima até 18/03/2020, podendo tal paralisação ser prorrogável a depender da avaliação da autoridade sanitária do Estado. (GOIÁS, 2020, p. 1)

A partir disso, as aulas no estado foram suspensas. No início, visava-se uma antecipação das férias escolares, porém, como já havia sido observado no cenário internacional, isto é, que a pandemia causada por um vírus de rápida propagação não seria facilmente superada e que esse panorama poderia se prorrogar por muito tempo, o Conselho Estadual de Educação de Goiás, no dia 17 de março, publicou a Resolução n° 02/2020, dispondo sobre o regime especial de aulas não presenciais no Sistema Educativo do Estado de Goiás, como medida preventiva à disseminação do COVID-19. Nessa resolução, buscou-se

Art 1° Estabelecer o regime especial de aulas não presenciais no âmbito de todo o Sistema Educativo do Estado de Goiás, definido essencialmente pela manutenção das atividades pedagógicas sem a presença de alunos e professores nas dependências escolares, devendo se efetivar por meio de regime de colaboração entre os entes federados e autoridades do Sistema Educativo do Estado de Goiás.

Art 2° O regime especial de aulas não presenciais será estabelecido até o dia 30 de março de 2020, podendo ser prorrogado de acordo com as orientações das autoridades sanitárias. (GOIÁS, 2020)

Sendo assim, a partir desta publicação, designou-se o regime especial de aulas não presenciais, ou REANP, no Estado, o qual foi posteriormente prorrogado em outros decretos. Entretanto, como já alertava este documento, “os Conselhos Municipais de Educação poderão adotar esta Resolução ou emitir Resolução própria de semelhante teor, em regime de colaboração e respeitando a autonomia dos sistemas” (Goiás, 2020). Conforme sua autonomia, nem todos os sistemas municipais adotaram de imediato o ensino remoto. Nesse contexto, Anápolis foi um deles, uma vez que as aulas foram suspensas a partir do Decreto Municipal nº. 44.691, de 15 de março de 2020, o que indica que a cidade demorou aproximadamente três meses para aderir ao modelo, iniciando apenas no dia 2 de junho.

Ao averiguar todos estes documentos, percebe-se que foi necessário estabelecer várias medidas e orientações acerca de como deveria funcionar a educação no período de pandemia. Todavia, poucas providências foram efetuadas para colaborar na execução e na implementação do ensino remoto. Dessa forma, ao compreender que o Brasil é um país em que há uma grande quantidade de famílias de baixa renda, ações para ajudar os alunos a terem acesso a bons recursos, para assistir as aulas e para dar prosseguimento a sua aprendizagem sem prejuízos deveriam ter sido empreendidas, a fim de que os prejuízos da desigualdade de acesso fossem minimizados.

### **Os recursos utilizados durante a Educação Remota Emergencial nos Anos iniciais Ensino fundamental.**

De acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), os Anos Iniciais do Ensino fundamental são compreendidos como o prosseguimento da Educação infantil. Neles, há o intuito de suprir os interesses e as necessidades das crianças dessa etapa, com vistas à ampliação de suas competências e aptidões.

Nesse sentido, formar o aluno de maneira global mostra-se como o desenvolvimento de habilidades e de competências, visando à capacidade de participar de forma crítica, com criatividade e de maneira autônoma em sua vida social, assimilando conteúdos e interpretando informações, tornando-se agente ativo na formação do conhecimento.

Nesse sentido, a aquisição da compreensão dos conteúdos de maneira sistematizada resulta no pleno entendimento da língua falada e escrita, princípios do raciocínio matemático, conhecimento acerca da organização da percepção de mundo, princípios da elucidação científica, contato com a arte e o entendimento de critérios que se referem ao convívio coletivo.

Em consonância a isso, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases, o Ensino Fundamental pode ser compreendido como a formação básica do cidadão. Nesse sentido, segundo o artigo 32 da referida lei, é necessário

- I – o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;
- II – a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;
- III – o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;
- IV – o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social. (Brasil, 1996, p. 17)

Mediante o parecer do Conselho Nacional de Educação, notam-se as dificuldades para o acompanhamento das disciplinas ministradas on-line, visto que as crianças desse primeiro ciclo estão em fase de alfabetização formal, de modo a necessitar de supervisão de um adulto. Por conseguinte, a educação remota emergencial para a faixa etária mencionada se mostra como um desafio pela dificuldade enfrentada pelos pais na orientação de seus filhos, uma vez que as crianças necessitam de constante suporte devido à limitação imposta pela idade. Quanto a isso, ficam expostas algumas das sugestões apresentadas pelo Parecer CNE/CP nº 05/2020, do Conselho Nacional de Educação, como

- aulas gravadas para televisão organizadas pela escola ou rede de ensino de acordo com o planejamento de aulas e conteúdos ou via plataformas digitais de organização de conteúdos.
- Lista de atividades e exercícios, sequências didáticas.
- Orientações aos pais para realização de atividades relacionadas aos objetivos de aprendizagem.
- Organização de grupos de pais, por meio de aplicativos de mensagens instantâneas e outros, conectando professores e as famílias.
- Oferta de atividades on-line assíncronas regulares em relação aos conteúdos, de acordo com a disponibilidade tecnológica e familiaridade do usuário;
- Elaboração de materiais impressos compatíveis com a idade da criança para realização de atividades (leitura, desenhos, pintura, recorte, dobradura, colagem, entre outros);

Distribuição de vídeos educativos (de curta duração) por meio de plataformas on-line, mas sem a necessidade de conexão simultânea seguidos de atividades a serem realizadas com a supervisão dos pais;  
Realização de atividades on-line síncronas, regulares em relação aos objetos de conhecimento, de acordo com a disponibilidade tecnológica; (BRASIL, 2020, p. 11)

### Os desafios do Ensino Remoto Emergencial

A instauração do Ensino Remoto Emergencial durante a pandemia, segundo Williamson, Eynon e Potter (2020), “implicou, em mudanças gigantescas para os professores (produção de conteúdo, aula, avaliação), alunos (realização de atividades) e famílias (auxílio na execução das atividades)” (WILLIAMSON; EYNON; POTTER, 2020 apud CORRÊA; OLIVEIRA; MORÉS, 2020, p. 7). Nesse sentido, tais modificações ocorreram de modo repentino e trouxeram vários desafios para os envolvidos.

Diante desse cenário, em primeiro lugar, coloca-se em evidência a questão da desigualdade de acesso, tendo em vista que existem pessoas com baixo poder aquisitivo, principalmente no Brasil. Assim, nota-se um significativo percentual de desigualdade social e pobreza, sendo que muitos não possuem acesso à internet e tampouco dispõem de computadores ou dispositivos adequados que são tão necessários para que as aulas remotas ocorram com sucesso. Essa situação é relatada por alguns autores, os quais comparam atitudes governamentais de enfrentamento à pandemia de outros países com a realidade do Brasil. Nesse contexto,

[...] Chile e Argentina disponibilizaram equipamentos eletrônicos aos mais desfavorecidos. E o Brasil? Aqui o acesso à tecnologia é muito caro e restrito à classe média e alta. Smartphones, televisões digitais com acesso à Internet, tablets e computadores ainda possuem preços extremamente elevados no mercado brasileiro, e, portanto, distante da realidade da maioria dos lares brasileiros das classes C e D. (JOYE; MOREIRA; ROCHA, 2020, p. 17)

Sendo assim, essa realidade dificulta tanto a oferta quanto o acesso a uma aula remota de qualidade, pois é “fato de que nem todos os professores e alunos possuem aparato computacional em suas residências, que possibilite estar online e realizar atividades escolares de modo totalmente remoto” (OLIVEIRA; CORRÊA; MORÉS, 2020, p. 5).

Além disso, os docentes podem ter enfrentado diversos outros desafios, haja vista que eles, em um cenário de incertezas, encontram-se inseguros quanto a questões que englobam desde sua vida financeira, com problemas decorrentes de corte de salários, demissões, até aquelas referentes ao futuro, com o retorno das aulas presenciais, além de, também, as que dizem respeito ao modelo de educação remota emergencial e a como tornar os educandos mais ativos e participativos nas aulas online.

Em paralelo a isso, tem-se, também, uma realidade que assola o país, que tange ao fato de que ainda há diversos educadores que ainda não possuem formação adequada para a utilização das tecnologias de informação e comunicação, de maneira que alguns, inclusive, sequer sabem utilizar estes aparelhos.

Em adição a essa realidade, têm-se ainda que

os desafios enfrentados pelos docentes envolvem desde dificuldade de acesso e falta de recursos; necessidade da superação de limitações de formação para o uso da TDIC e efetivação de práticas de ensino e aprendizagem em contextos não presenciais adaptadas às suas especificidades (disciplina, recursos, idade dos estudantes, fase de escolarização etc.) que demandam ação de maneira que não exclua estudantes, promovendo equidade e inclusão, ainda, carecem de apoio das instituições, bem como dos pais, os quais, por sua vez, precisam receber suporte dos próprios docentes. Ainda, o professor precisa encontrar alternativas para manter contato com os estudantes, muitas vezes sem opções de internet ou em horários deslocados. (LUDOVICO et al., 2020, p. 14).

Sem formação docente, ou com formação superficial, e também com os entraves relatados, o processo pode ter se tornado problemático para os professores. Dessa forma, mesmo com os obstáculos relatados, eles foram obrigados a aderir ao modelo de Ensino Remoto Emergencial, improvisando e utilizando os recursos que possuem, ainda que sem a compreensão dos seus possíveis resultados com os alunos, pelo ineditismo da situação.

Além disso, aumentou-se a carga de trabalho docente, o que pode gerar problemas psicológicos, dentre outras situações. Isso porque, “na educação remota, o professor, na maioria das vezes, [é] o responsável por tudo, desde a seleção de conteúdos, produção de videoaulas, implementação de aulas em AVAs (se houver)” (JOYE; MOREIRA; ROCHA, 2020, p. 14). Portanto, este excesso de serviço e todas as dificuldades citadas podem ocasionar complicações, como a exaustão docente.

Outro ponto a ser abordado é acerca do engajamento dos alunos dos anos iniciais no Ensino Remoto Emergencial, uma vez que a faixa etária em questão depende do auxílio dos pais, diferentemente do ensino superior, etapa em que já há uma habituação com a modalidade de ensino a distância. Deste modo, evidencia-se um problema que já é enfrentado pela instituição educacional há muitos anos: a participação e colaboração da família no processo ensino-aprendizagem.

De acordo com Hoffmann (2001), muitos professores apontam a falta de compromisso dos pais com a formação e a aprendizagem dos filhos como sendo uma das grandes dificuldades da escola. Ademais, Santos e Sousa (2017) afirmam que, atualmente, as relações familiares têm se tornado superficiais e, cada vez mais, os pais têm transferido o papel de educar seus filhos para a escola. A causa para isso, pode-se inferir, é decorrente da alegação de que falta tempo. Apesar disso, com a atual realidade, em que os filhos estão em casa, a colaboração dos familiares se torna obrigatória, porém pode haver, ainda, resistência por parte dos progenitores.

Com esta imposição, as famílias, principalmente as mais pobres, podem enfrentar alguns desafios. Assim, Joye, Moreira e Rocha afirmam que

diante dessa crise sanitária, sabemos que cada família teve que se readequar e conciliar a educação escolar de seus filhos de acordo com suas condições. Há relatos de casas com pais em teletrabalho (homeoffice), em que os mesmos podem acompanhar a educação remota de seus filhos mais de perto, seja através do uso de smartphones ou do uso de computadores de mesa ou notebooks. Há outros casos em que os pais têm baixa escolaridade, muitos analfabetos. Então como estes podem conseguir orientar os seus filhos em casa? Outros, sequer têm acesso à Internet, não possuindo dispositivos remotos como smartphones, tablets e computadores, aliado ao fato de que muitos moram com um elevado número de pessoas em uma mesma residência, dispendo, assim, de espaços apertados. (JOYE; MOREIRA, ROCHA, 2020, p. 18)

Diante do exposto, além dos fatores já citados, como a dificuldade de acesso e a falta de tempo, os pais de classes econômicas baixas podem encontrar obstáculos para auxiliar seus filhos, haja vista que muitos são analfabetos ou possuem baixa escolaridade. Posto isso, os alunos provenientes desses contextos podem sofrer tanto com a falta de recursos, quanto pela ausência de assistência na realização das atividades não presenciais, de modo a se tornarem, assim, dependentes da sua força de vontade para prosseguir durante este período. Como

resultado disso, segundo Jacobs (2020), houve aumento do percentual de perda e abandono de ensino, além de existirem fatores difíceis de serem aferidos, que tornam notório que a crise tem causado perturbações sociais e emocionais.

### **PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

A presente pesquisa é de nível exploratório, pois tem como objetivo “proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses” (GIL, 2002, p. 41). Por conta disso, teve-se, como objeto de estudo, o Ensino Remoto Emergencial nos Anos Iniciais, de modo a abordar os desafios, as estratégias e os resultados. Para cumprir o exposto, foram utilizadas, como procedimentos, as pesquisas bibliográfica, documental e de levantamento.

No primeiro semestre de 2021, a pesquisa bibliográfica foi realizada. Ela se apoiou em materiais já publicados a respeito do tema, que são, em sua maioria, artigos e alguns livros. Deste modo, buscou-se conhecer e apresentar o que é o Ensino Remoto Emergencial, suas características e alguns dos desafios que já foram identificados durante este período.

Nessa fase também se efetuou a pesquisa documental, na qual foram pesquisadas e analisadas leis, decretos, portarias e pareceres publicados em nível nacional, estadual e municipal, para orientar e regulamentar as atividades não presenciais. A partir disto, buscou-se observar quais atitudes governamentais, para o enfrentamento da pandemia, no âmbito educacional, foram empreendidas.

O levantamento de dados se realizou no segundo semestre do ano de 2021, na Escola Municipal Maria Aparecida Gebrim, localizada no bairro São Joaquim, no município de Anápolis. A referida instituição foi fundada em 1971, através da sensibilização de um morador com a realidade de várias crianças, que se encontravam fora da escola. Todavia, foi somente em 1986 que ela passou a funcionar no local onde está atualmente.

A clientela atendida por esta unidade é carente, de classe socioeconômica baixa, sendo que, de acordo com o Projeto Político Pedagógico, é comum haver problemas como a falta de estrutura familiar e drogas.

A unidade atende as três etapas da educação básica, sendo que, no ano de 2021, possuía um corpo discente de 289 alunos, no Ensino Fundamental I, 338 educandos do Fundamental II e 256 matriculados na modalidade de Educação de Jovens e Adultos. Por conseguinte, a escolha se deu porque essa unidade escolar atende a etapa do Ensino Fundamental e tem como clientela famílias de baixa renda, que é o público alvo deste estudo.

Na segunda etapa, para a coleta de informações, foram aplicados questionários na instituição. Eles continham 13 perguntas, tanto objetivas quanto discursivas. Participaram voluntariamente membros da equipe gestora e os professores dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Dessa forma, teve-se como objetivo obter informação sobre os desafios vivenciados por eles, as estratégias utilizadas para o enfrentamento e os resultados que têm alcançado durante este período. Além disso, a aplicação de questionários também foi feita com uma amostra dos familiares dos discentes desta etapa, a fim de identificar as dificuldades encaradas por eles. Depois da obtenção dos dados, eles foram transformados em textos e gráficos, de modo a permitir a demonstração dos resultados coletados por meio de uma abordagem qualiquantitativa.

Espera-se, com os resultados obtidos com esta pesquisa, contribuir com informações sobre os desafios e as estratégias de enfrentamento utilizadas no ensino, durante a pandemia, nos Anos Iniciais, por meio do levantamento realizado nesta Escola Municipal de Anápolis. Essa escolha se deu porque cada rede de ensino possui autonomia para definir as suas propostas pedagógicas, apesar de que a realidade na cidade ainda é pouco conhecida, o que torna necessário realizar pesquisas sobre essa situação.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Este estudo foi realizado em uma Escola da rede municipal, situada em um bairro periférico da cidade de Anápolis, município do Estado de Goiás. Participaram desta pesquisa membros da equipe gestora, os responsáveis pelos alunos e os docentes dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

A partir disto, através de questionários impressos e virtuais (via *Google Forms*), foram coletados os dados referentes à situação vivenciada por eles durante o Ensino Remoto

Emergencial, o que incluía os desafios enfrentados durante sua implementação, as estratégias utilizadas e os resultados obtidos no processo de ensino e aprendizagem dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, por intermédio desse modelo.

O levantamento foi realizado com o auxílio de três questionários diferentes, os quais continham perguntas objetivas e discursivas, discriminadas da seguinte forma: três questões para os familiares dos educandos, três para a equipe gestora e sete para os educadores.

Baseado nisso, obteve-se a participação de onze professores que atuam nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, sendo que estes possuem idade entre trinta a sessenta anos, além de formação, com pós-graduação, e que, em sua maioria, tem mais de dez anos de docência. Além disso, entre os funcionários da instituição, representando a equipe gestora, a diretora e duas coordenadoras pedagógicas colaboraram com informações.

Houve, da mesma forma, a participação de 74 familiares dos discentes, sendo 7 dos alunos do 1º ano; 15, do 2º ano; 24, do 3º ano; 8, do 4º ano; e 20 do 5º ano. Entre estes respondentes, a maioria é do sexo feminino. Eram pessoas que estavam entre 18 e os 60 anos. Em alguns casos, elas não possuíam estudos, porém, no geral, elas possuíam educação básica incompleta, em um total de 34 participantes, bem como havia aqueles com ensino médio completo, 30 pessoas, e alguns pais que possuem graduação.

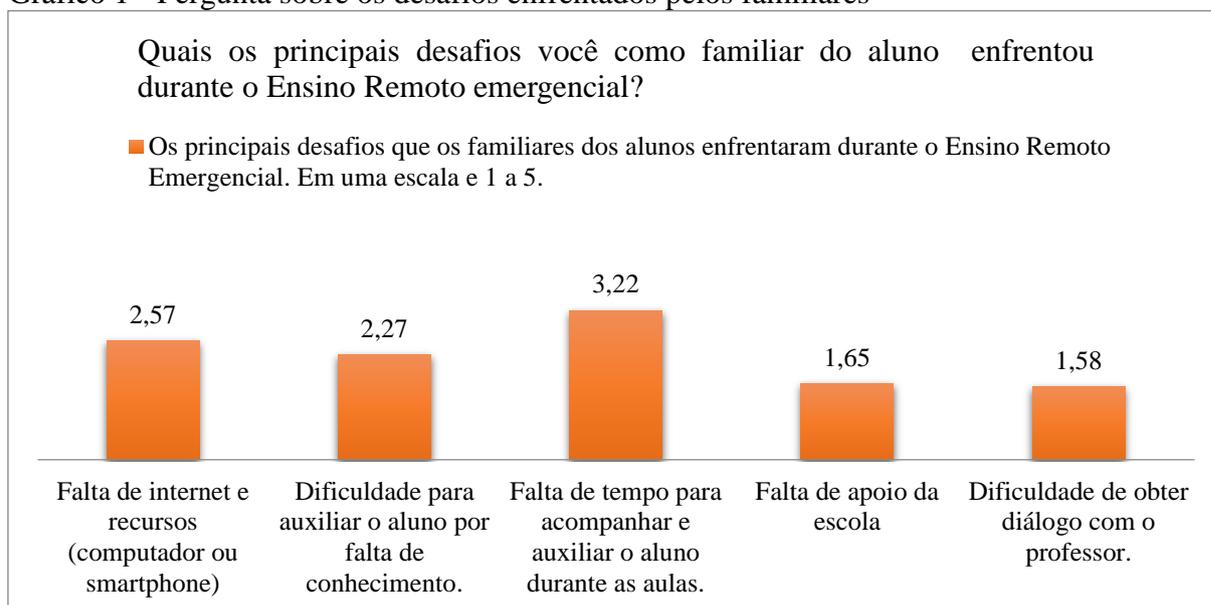
Posto isso, os resultados e a discussão das respostas obtidas são apresentados a partir da análise dos dados coletados com este público.

## **Resultados e discussão dos desafios enfrentados nos anos iniciais através do Ensino Remoto Emergencial**

Considerando as consequências da pandemia, a imposição da suspensão das aulas presenciais e a necessidade de migrar para o modo remoto, têm-se a hipótese de que os envolvidos no processo de ensino e de aprendizagem podem ter enfrentado alguns desafios para adaptar-se a esta nova realidade. Deste modo, através desta pesquisa, com questionário fechado, buscou-se conhecer quais foram as maiores dificuldades que docentes, discentes, familiares, gestor e coordenadores dos Anos Iniciais tiveram diante desse cenário.

Para tanto, todas as questões sobre este assunto foram respondidas através de uma escala, em que os participantes classificaram o nível de adversidade vivenciada entre 1 e 5, sendo 1 para pouca, ou nenhuma, e 5 para muita. Dessa forma, os resultados serão apresentados por meio de uma média aritmética simples das respostas obtidas em cada item.

Gráfico 1 - Pergunta sobre os desafios enfrentados pelos familiares



Fonte: autoria própria, 2021.

Pode-se observar que os familiares afirmaram haver desafios durante este período, sendo que a maior dificuldade relatada por eles foi a falta de tempo para auxiliar o aluno durante as aulas, a qual se sobressaiu sobre todas as outras, com média de 3,22, e a segunda maior ficou sendo a falta de internet e recursos (computador ou smartphone). Isso era esperado nesta etapa, pois, de acordo com o que já havia afirmado o Parecer CNE/CP nº 5/2020, “existem dificuldades para acompanhar atividades on-line uma vez que as crianças do primeiro ciclo encontram-se em fase de alfabetização formal, sendo necessária supervisão de adulto para realização de atividades” (BRASIL, 2020, p.11).

Esse fato é decorrente de que as crianças da primeira etapa do ensino fundamental possuem idade entre 6 a 11 anos, portanto não possuem maturidade suficiente para acompanhar as aulas sozinhas e, por conseguinte, necessitam do auxílio e da supervisão de

um adulto. Antes, isso já era necessário durante as aulas presenciais, pois a participação da família no processo ensino-aprendizagem é de fundamental importância, visto que

a criança, cuja [...] família participa de forma mais direta no cotidiano escolar, apresenta um desempenho superior em relação aquela onde os pais estão ausentes do seu processo educacional. Ao conversarem com o filho sobre o que acontece na escola, cobrarem dele e ajudarem-no a fazer o dever de casa, falarem para não faltar a escola, tirar boas notas e ter hábito de leitura, os pais estarão contribuindo para a obtenção de notas mais altas. (BRASIL, 2004 apud SOARES, 2010, p. 14).

De acordo com isso, apesar de extremamente importante, Vauthier (2020) aborda que a falta de comprometimento da família com a educação dos filhos há muito tempo vem crescendo, sendo este um fator que prejudica o processo de ensino e de aprendizagem das crianças.

A justificativa para tal ausência, de acordo com os pais, é a falta de tempo. Essa questão já era um problema identificado durante as aulas presenciais e que foi novamente constatado no decurso do ensino remoto, principalmente considerando a clientela atendida pela instituição pesquisada, porquanto a falta de estrutura familiar já era evidente. Apesar disso, há também de se considerar que, na sociedade atual, principalmente por consequência da inserção em massa da mulher no mercado de trabalho, há realmente, em determinados casos, falta de tempo, principalmente nesse contexto de pessoas que possuem baixa renda, uma vez que

a parcela com menor renda está praticando menos o isolamento social em relação à parcela com maior renda, principalmente em função da necessidade de locomoção para o trabalho, uma vez que a população mais pobre está vinculada a atividades essenciais que não pararam, e a população com maior renda está, de forma geral, mais vinculada às atividades que pararam e/ou estabeleceram o trabalho remoto. (BEZERRA et al., 2020, p. 6)

Portanto existe, dentre esses indivíduos, uma complexidade maior que dificulta o acompanhamento dos filhos, já que estão, em sua maioria, ocupados com tarefas diárias da casa e com seus empregos, visto que 36,7 % dos respondentes eram do sexo feminino e solteiro. Além disso, a crise advinda da pandemia trouxe, para este público, uma preocupação ainda maior com sua renda, justificando, assim, a alegação que fizeram ao mencionar no questionário a falta de tempo e disposição para acompanhar seus filhos. Diante disso, o ensino remoto efetuado nessas condições, com essa classe, pode trazer prejuízos para o processo

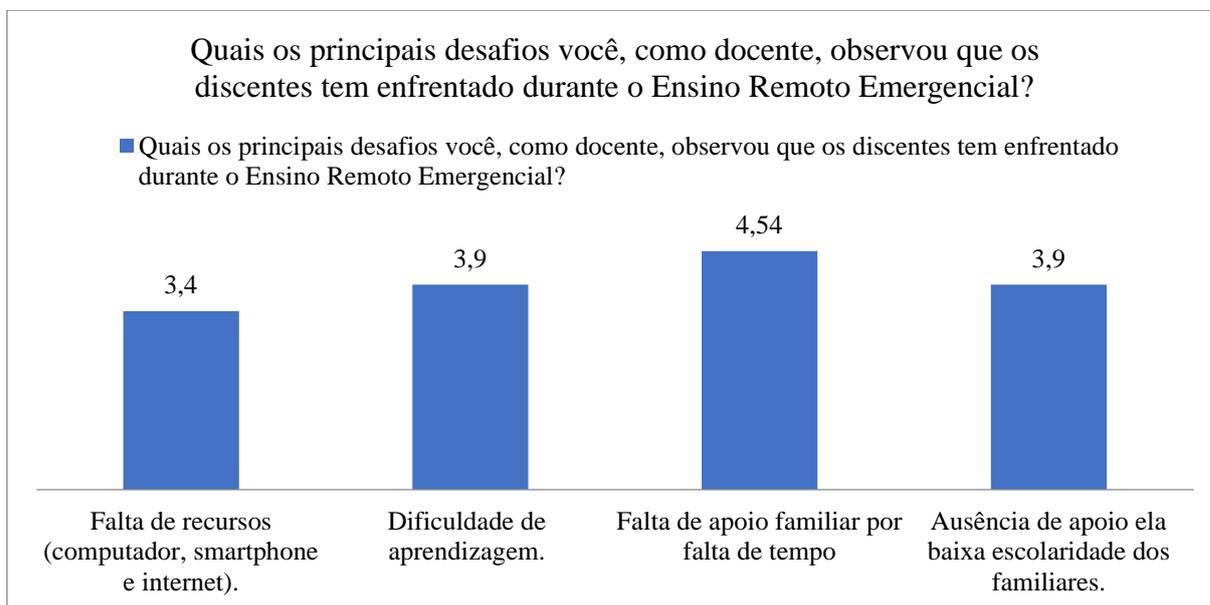
ensino aprendizagem, pois no presencial os professores conseguem apoiar os alunos em sala de aula, enquanto que, no remoto, os educandos podem não encontrar o apoio que necessitam dentro de casa.

Era esperado que, por se tratar de uma escola que atende a um público de classe econômica baixa, e considerando a desigualdade de acesso à internet e computador no Brasil, o maior desafio seria a falta de internet e recursos, porém, como pôde-se verificar, esta não foi a maior dificuldade. Apesar disso, ela teve uma média considerável de 2,57, afirmando, assim, que há na instituição algumas famílias que enfrentaram dificuldades de acesso. Isso foi observado através da análise dos questionários individuais, uma vez que aqueles mais tiveram entraves com essa questão também foram os que possuíam baixa escolaridade e que, conseqüentemente, alegaram também haver complicações para auxiliar o aluno por falta de conhecimento. Dessa forma, por conta desse fator, a média das duas questões está próxima, 2,57 e 2,27, demonstrando, assim, a realidade das famílias mais carentes ao se depararem com um ensino mediado à distância, pois, através dele, esses indivíduos vivenciaram desafios diversos.

Partindo desta análise, observa-se que foram poucos os pais que alegaram ter contratempos por falta de apoio da escola ou por falta de diálogo com o professor, demonstrando que a escola e o corpo docente, apesar do modelo remoto, tentou facilitar e colaborar com a família e com os estudantes.

A partir disto, seguindo o mesmo tema, para uma compreensão a partir de outro ponto de vista, questionou-se aos docentes sobre qual era o desafio que eles observaram que os discentes enfrentaram durante o ensino remoto. A resposta pode ser observada no gráfico 2, através da média que aborda o nível de dificuldades em uma escala de 1 a 5.

Gráfico 2- Pergunta sobre os desafios que os discentes enfrentaram.



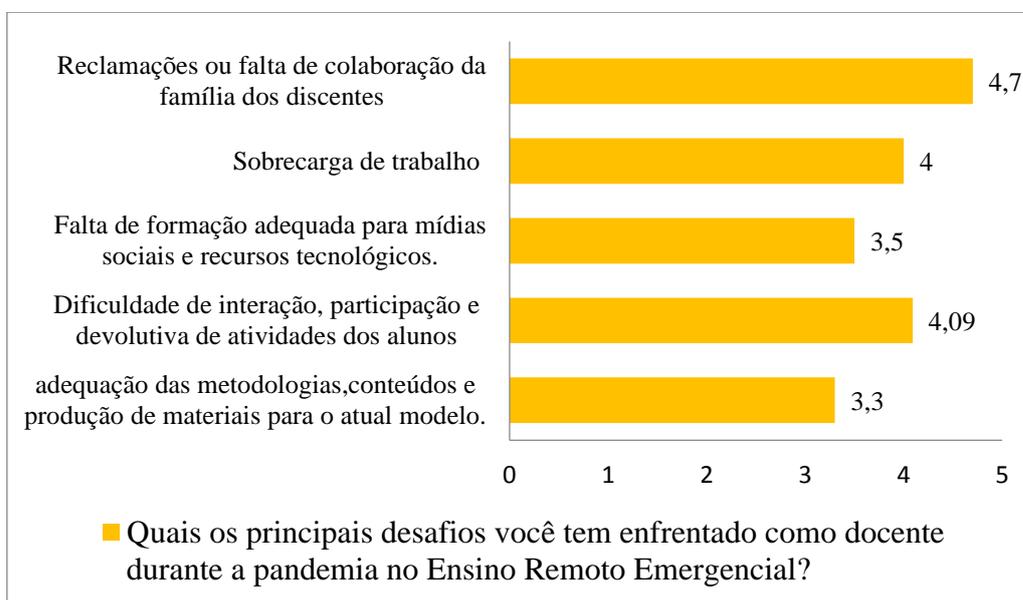
Fonte: autoria própria, 2021.

Ao observar os resultados das respostas dos docentes em relação aos alunos, nota-se que as dificuldades podem ter sido um pouco maiores do que afirmaram os familiares, pois as médias obtidas aqui foram altas, reforçando, assim, as adversidades abordadas anteriormente, haja vista que, novamente, a falta de apoio familiar foi a maior, com média de 4,54. Enquanto isso, a falta de recursos (computador, smartphone e internet) foi reforçada, porém sendo aqui a com menor pontuação, sendo 3,4, o que destaca que, para os educadores, os outros desafios citados interferiram mais no processo ensino e aprendizagem.

Para além do já informado anteriormente, tem-se aqui, em evidência, outro desafio: a dificuldade de aprendizagem, que pode associada às demais adversidades já abordadas, pois, através de um contexto com tantos empecilhos, o processo ensino-aprendizagem torna-se mais complexo, afetando, assim, a compreensão dos estudantes.

Além disso, os educadores também responderam sobre os desafios que eles enfrentaram diante desta realidade, através da mesma média aritmética simples em escala de 1 a 5.

Gráfico 3: Desafios enfrentados pelos professores



Fonte: autoria própria, 2021.

Nota-se, aqui, que os educadores reiteram haver desafios, porquanto é possível perceber médias altas em relação ao questionado. Dessa forma, pode-se inferir que a dificuldade enfrentada por esses indivíduos foi grande, em diversas áreas. O maior empecilho, como já discutido ao longo desta análise, continua sendo a falta de colaboração da família (com média bem maior de 4,7), mas aqui também se insere, em segundo lugar, a adversidade relacionada à interação, participação e devolutiva de atividades por parte dos alunos. Esta pode estar relacionada à questão enfrentada pelas famílias (falta de tempo para auxiliar o aluno, falta de recursos e conhecimento), haja vista que esse fator traz entraves para o envio de atividades, bem como para que se proporcionem meios para a participação do aluno.

Contudo, esse ponto também pode estar associado à falta de preparo, o que é enfatizado neste questionário pelos docentes. Para eles, a falta de formação adequada para o manuseio das mídias sociais e dos recursos tecnológicos teve grande relevância, pois obteve uma média de 3,5, o que foi seguido pelo despreparo para a adequação de metodologias, conteúdos e produção de materiais ao atual modelo, que obteve uma média de 3,3. Esses pontos são condizentes com a realidade vivenciada, porque “em uma atividade virtual é muito mais difícil prender a atenção do aprendiz e garantir seu envolvimento e participação, mesmo em cursos bem planejados” (TORI, 2017). Portanto, quando se remete a um modelo

implementado às pressas, em caráter emergencial, em que os professores não possuíam o conhecimento necessário e não estavam aptos para enfrentá-lo, é fato que estes apresentariam dificuldades em manter a atenção dos alunos por desconhecerem as estratégias mais adequadas, devido à falta de capacitação ou de formação necessária para isto, ou até mesmo pela carência dos recursos necessários.

Em relação a isto, foi perguntado a alguns membros da equipe gestora, através de uma questão aberta, sobre quais as medidas empreendidas pela prefeitura para auxiliar as escolas e os professores, com intuito de compreender se houve alguma providência para amparar e qualificar para esta realidade. Diante disso, a coordenadora pedagógica 2 respondeu que

no início não houve suporte ou auxílio da Secretaria Municipal de Educação, divulgaram primeiramente a população da retomada das aulas, porém a escola se organizou dentro das diretrizes enviadas pela secretaria. Não tivemos apoio ou recursos tecnológicos, internet ou plataforma. (COORDENADORA PEDAGÓGICA 2, 2021).

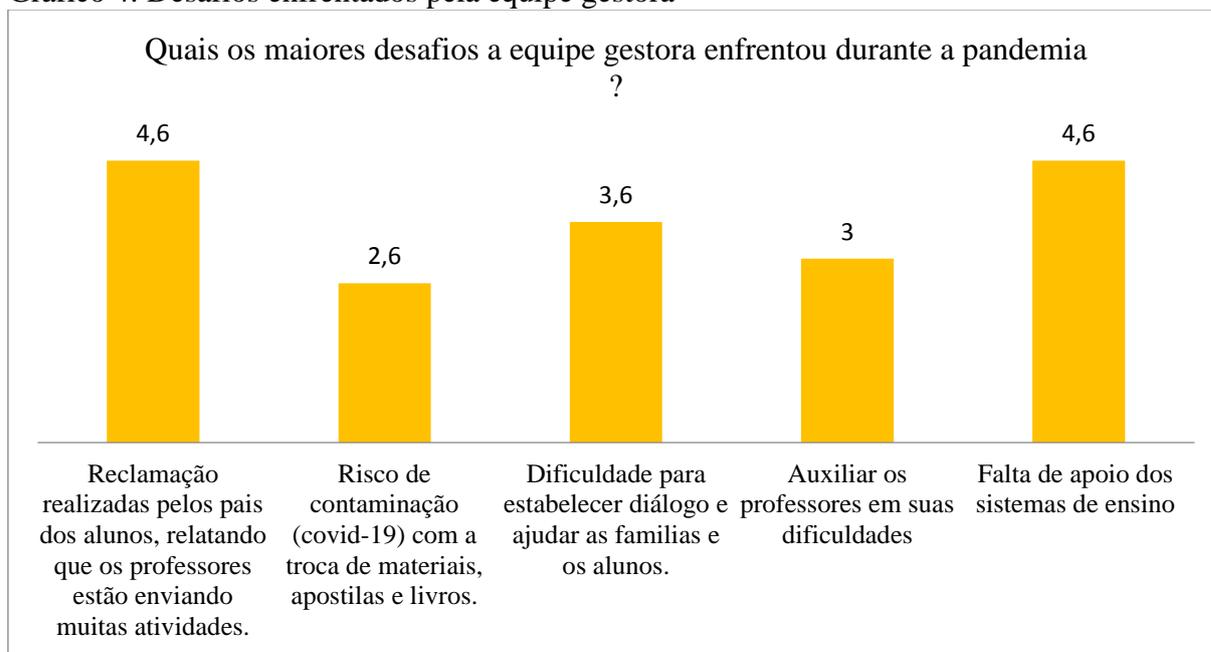
Conforme a análise deste discurso, pode-se observar que inicialmente não houve medidas da prefeitura para auxiliar a escola e os professores para a inserção e adaptação ao ensino remoto. Dessa forma, eles tiveram que se adequar sozinhos, sem nenhum apoio financeiro, ficando a cargo de sua disposição própria para o custeio do que fosse necessário à adequação.

A partir dessa informação, tem-se que o sistema municipal de ensino não cumpriu completamente o determinado no inciso 5º da Lei 14.040, de 18 de agosto de 2020, que estabeleceu que àqueles que optassem pela adoção de atividades remotas deveria ser assegurado que professores e alunos tivessem acesso aos meios necessários para a realização dessas atividades. Reitera-se, assim, também o afirmado anteriormente neste estudo: Anápolis suspendeu as aulas em 15 de março de 2020 e não implementou as aulas remotas de imediato, apenas o fazendo em junho de 2020. Portanto houve tempo para que a Secretaria Municipal de Educação efetuasse medidas para colaborar com a inserção efetiva deste modelo, porém estes não o fizeram, deixando esta adaptação inicialmente a cargo da escola e dos docentes, colaborando para a sobrecarga de trabalho, o que foi relatado por estes como sendo um dos grandes desafios enfrentados.

Apenas após um período é que o município começou a se preocupar em orientar os professores. Nesse sentido, de acordo com a Diretora, “com o tempo aconteceram palestras, lives, e agora temos uma plataforma pedagógica”. Logo, houve apenas uma colaboração posterior e superficial.

A equipe gestora enfatizou novamente esta falta de apoio como sendo uma das maiores dificuldades, quando foi perguntado sobre os desafios que enfrentaram durante este período. A intensidade deles foi novamente avaliada através da média, em uma escala de 1 a 5.

Gráfico 4: Desafios enfrentados pela equipe gestora



Fonte: de autoria própria, 2021.

Neste é possível perceber também que a gestão considera que os desafios enfrentados possuem um nível de dificuldade considerável, em várias áreas. Todavia, aparece como principal, além da falta de apoio dos sistemas de ensino, questões relacionadas à família, tanto como reclamações quanto como dificuldade para estabelecer diálogo e ajudá-las. Assim, observa-se que, tanto para a gestão quanto para os docentes, um dos maiores empecilhos durante este período foi conseguir a colaboração e obter uma boa relação com os familiares

dos alunos, sendo que estes consideraram que não houve tamanho problema pela falta de apoio da instituição.

Além disso, eles abordaram haver dificuldades para auxiliar os professores, algo que era esperado, pois a escola teve que se adequar sem nenhuma colaboração externa. Portanto, coube à gestão promover a ajuda que os educadores necessitavam. Ressalta-se, ainda, que ela trabalhou em escala de revezamento presencial durante este período, pois a escola realizou a distribuição de atividades impressas, porquanto havia riscos de contaminação neste ambiente, como foi relatado.

Com base em tudo o que foi exposto, é possível afirmar que os envolvidos no processo ensino-aprendizagem enfrentaram muitos desafios durante esse período, conforme já haviam relatado Joye, Moreira e Rocha (2020), bem como Ludovico et al. (2020). Nessa análise, sua intensidade foi avaliada, conforme se apresentou, tendo como os maiores problemas relatados a falta de tempo, de apoio e as reclamações por parte dos familiares; a dificuldade de aprendizagem e o baixo envolvimento dos alunos; a ausência de ajuda dos sistemas de ensino e a sobrecarga de trabalho para os docentes.

### **Resultados e discussão sobre as estratégias e os recursos utilizados durante o ensino remoto**

Compreendendo que muitos desafios foram enfrentados durante a inserção do ensino remoto, ou como define o Parecer CNE/CP n° 5/2020, “atividades não presenciais”, buscou-se conhecer as estratégias e os recursos utilizados pelos docentes da instituição pesquisada, visto que havia inúmeras possibilidades a serem adotadas para a etapa dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental expostas por este documento. Portanto, referente a este tema, optou-se por aplicar questões discursivas e objetivas, para melhor compreensão dessas táticas.

A partir disso, questionou-se aos educadores, por meio de uma pergunta aberta, sobre quais foram as estratégias utilizadas para superar os desafios encontrados, se adaptar e adequar a sua metodologia ao atual contexto?

Por intermédio da análise das respostas obtidas, percebe-se que há consenso sobre a busca por conhecimento e pela adaptação à nova realidade ao qual foram submetidos. Nesse sentido, enfatiza-se o discurso do professor 3, que relatou: “uso do meu celular, minha internet, buscando informações sobre como gravar vídeos e auxílio de aplicativos e plataformas”; já o professor 9 alegou: “procurei me adaptar a nova modalidade e me capacitei em mídias e novas tecnologias”. Assim, nota-se que, apesar dos participantes terem em sua maioria mais de 10 anos de atuação (cerca de 72,8%), enfrentar este modelo ainda foi complexo e desafiador, já que eles tiveram a necessidade de se aperfeiçoarem por meio de pesquisas e do próprio suporte financeiro, pois não possuíram apoio inicial e necessário da Secretaria Municipal da Educação, como já foi mencionado anteriormente.

Deste modo, pode-se pensar sobre como pode ter sido exaustivo para a equipe gestora e os docentes trabalharem por meio ensino remoto, pois, além de um modelo nunca aplicado antes, eles tiveram que, em pouco tempo, informarem-se e se adequarem para tal realidade. Nessa direção, Moreira e Schlemmer (2020) afirmam sobre a necessidade de qualificação, abordando que “sendo a educação digital em rede [...] é necessário desencadear processos educativos destinados a melhorar e a desenvolver a qualidade profissional dos professores” (MOREIRA; SCHLEMMER, 2020, p. 28). Por conseguinte, compreende-se que essa busca dos professores em se aperfeiçoar é um fator determinante, porém, “de fato, a mediação pedagógica quanto essas tecnologias fazem toda diferença, pois mais do que saber utilizar esses recursos, é saber como usá-los de forma dialética e em prol da educação” (AVELINO; MENDES, 2020, p. 04). Logo, percebe-se que, mais que buscar conhecer os recursos, será necessário compreender como realizar a mediação pedagógica através destes.

Entre outras respostas, o professor 1 afirmou ter buscado se “adequar à realidade dos estudantes dando sempre novas oportunidades de aprendizagem”. Este discurso traz uma informação importante, pois identifica que, na instituição, algumas famílias enfrentaram dificuldades com a falta dos recursos necessários para aderir ao ensino pelo meio virtual. Apesar disso, para uma melhor compreensão da situação, faltou que o professor explicasse quais recursos ele utilizou para realizar o mencionado.

De acordo com Garcia (2020), o ensino remoto impulsiona o uso de novas tecnologias, o que compreende uma variabilidade dos recursos, das estratégias e práticas. Com base nisso,

através de outra questão feita para os educadores, buscou-se conhecer os recursos utilizados para efetuar as aulas especificamente. Posto isso, percebe-se que a maior parte dos professores afirmou o uso frequente dos mesmos instrumentos: gravação de vídeos e disponibilização em plataformas virtuais (*Google Classroom, Whatsapp*), com 92,9%; livros em pdf, com 80%; recursos lúdicos, como filmes, desenhos e jogos virtuais, com 90%; seleção e utilização de vídeos informativos de outras plataformas (*Youtube, Tiktok*), com 72,7%; e disponibilização de atividades impressas, com 100%. Eles ainda afirmaram que, através de aplicativos, como o *Whatsapp*, era possível repassar os materiais, as informações e esclarecer as dúvidas. Todavia, os instrumentos que foram pouco aplicados por eles foram aulas síncronas, realizadas por videoconferência, bem como o livro didático. Nota-se, assim, que estes artifícios seguem algumas das orientações sugeridas pelo Parecer do Conselho Nacional da Educação CNE/CP nº 5/2020, sendo atividades “mediadas ou não por tecnologias digitais de informação e comunicação” (BRASIL, 2020, p. 8).

Portanto, os recursos abrangem tanto aqueles que possuem acesso aos equipamentos necessários, quanto àqueles que não dispõem destes aparelhos. Contudo, é necessário ressaltar que as atividades impressas são um meio limitado, que não abrangem muitas possibilidades, enquanto que vídeos, jogos e aplicativos de mensagens possibilitam uma maior abordagem dos conteúdos trabalhados.

Baseado na identificação destes recursos, tem-se, assim, que pela limitação que é imposta pela atuação à distância, o papel do professor volta a ser a aquele que detém o saber e que apenas transmite o conhecimento, repassa atividades e esclarece as dúvidas, enquanto que cabe ao aluno assimilar, memorizar e reproduzir nas atividades realizadas, o que se remete à educação bancária criticada por Freire (1968). Isso deve ser pelo fato desses meios assíncronos utilizados impedirem o contato direto entre professor e aluno e aluno-aluno.

Mediante isso, aplicou-se uma questão referente à relação entre professor e aluno, na qual se percebe que, na perspectiva da maioria dos educadores, a relação foi afetada com o ensino remoto emergencial, pois o vínculo se tornou superficial, já que 45,5% dos docentes alegaram que esta foi reduzida a apenas exposição dos conteúdos e esclarecimento de dúvidas, e 18,2% consideraram a relação nula, pois o contato se efetiva na maioria das vezes com os pais. A respeito disto mostra-se que o ensino, através desta

modalidade e por meio dos recursos utilizados, prejudicou a interação entre professor e aluno, principalmente por se tratar de crianças pequenas que necessitam de um vínculo com o professor e auxílio constantemente. Assim, entende-se a importância da conexão entre educador e aluno. Essa relação é fundamental, pois, como afirma Muller (2002 apud FRANCISCO; ARAÚJO, 2014),

entre os caminhos a serem percorridos para a promoção do ensino e da aprendizagem está a relação entre o professor e aluno, mesmo se submetendo a regras, prazos, objetivos, esta interação transforma-se no ponto central deste processo de ensino aprendizagem. A interação que professor e aluno estabelecem na escola, os fatores afetivos e cognitivos de ambos exercem influência decisiva na promoção do ensino. (MULLER, 2002 apud FRANCISCO; ARAÚJO, 2014, p. 8)

Logo, a relação entre professor e aluno é de suma importância, principalmente nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, que é o momento em que as crianças necessitam desta socialização, para um desenvolvimento saudável que se dá não apenas com o docente, mas com os colegas. Dessa forma, por meio dela, “o alunado aprende a conviver com as mudanças e transformações, a criar sentimentos de afeição e solidariedade e também a inter-relacionar-se” (FERNANDES; ANDRADE; FERREIRA, 2017, p. 2).

Diante disso, prosseguiu-se a indagar acerca das estratégias com a equipe gestora. Assim, buscou-se identificar quais foram utilizadas pela escola para ajudar os professores e os alunos durante o Ensino Remoto Emergencial e quais resultados obtiveram. Com base nisso, as respostas foram parecidas, uma vez que os respondentes destacaram algumas das estratégias já citadas pelos educadores e deram ênfase à ajuda através da conscientização e da comunicação. Por conseguinte, destaca-se a devolutiva do coordenador pedagógico 2, que aborda a realização do “fornecimento de atividades impressas, ligações telefônicas, controle e monitoramento de instrumentos de avaliações, comunicação constante com os estudantes, famílias e professores”. Dessa maneira, observa-se que estes se empenharam em fornecer auxílio de acordo com as condições possíveis e colaboraram por meio do diálogo, sendo um meio assim de oferecer apoio a estes indivíduos.

Apesar disso, essas ações ainda podem não ter sido suficientes, pois se notou que a equipe ignorou a indagação sobre os resultados destas estratégias empregadas. Apesar da

recusa destes indivíduos, foi possível obter essas respostas de acordo com a percepção dos docentes e dos familiares.

### **Resultados e discussão dos impactos do ensino remoto para o processo ensino-aprendizagem**

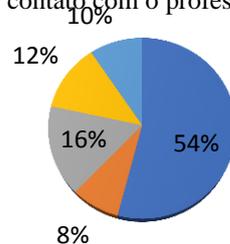
Após identificar as estratégias utilizadas pela instituição e visando a uma compreensão mais completa do ensino remoto e de seus impactos, será apresentada a avaliação que os docentes e os familiares fizeram sobre esta realidade e os efeitos que isto teve sobre a aprendizagem dos educandos. As perguntas sobre este tema foram todas realizadas de modo objetivo.

Para início da compreensão desses impactos, visou-se identificar como os familiares dos educandos avaliam as aulas remotas e o acompanhamento do professor durante este período, sendo que estes avaliaram de acordo com a alternativa que correspondesse melhor à realidade vivenciada.

Gráfico 6- Avaliação das aulas remotas e o acompanhamento do professor

Avaliação das aulas remotas e do acompanhamento do professor durante este período.

- As aulas são boas e de fácil compreensão, os recursos utilizados estão de acordo com minha realidade e o professor tem colaborado suprindo dúvidas e dificuldades.
- As aulas são boas e de fácil compreensão, os recursos utilizados estão de acordo com minha realidade, porém há dificuldade no contato com o professor para suprir dúvidas.
- As aulas são boas. Porém não estão de acordo com minha situação, mas o professor busca ajudar.
- As aulas são de difícil compreensão, mas os recursos estão de acordo com a minha realidade e o professor tem colaborado suprindo dúvidas e dificuldades.
- As aulas são de difícil compreensão, os recursos não estão de acordo com minha realidade e há dificuldade no contato com o professor.

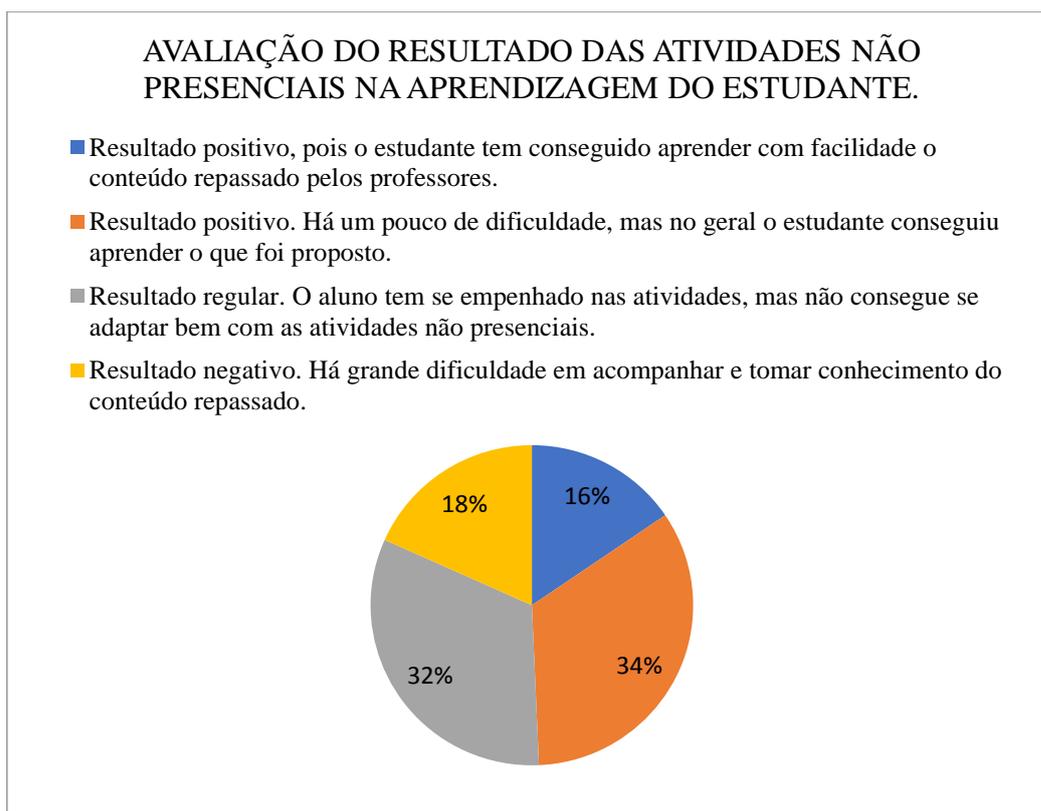


Fonte: autoria própria, 2021.

Ao observar o gráfico, identifica-se que a maioria avaliou positivamente as aulas oferecidas pela instituição, as estratégias utilizadas e o acompanhamento do docente, demonstrando que, para um pouco mais da metade dos participantes (54%), não houve grande dificuldade em relação ao modelo remoto ofertado pela instituição. Todavia, para 46% destes, houve problemas que vão desde a falta de adequação das aulas a sua realidade (16%), aulas complexas e de difícil compreensão (12%), falta de contato com o professor (8%), além de que enfrentaram dificuldades em todas as áreas (10%). A partir disso, percebe-se que para um número considerável houve dificuldades, o que demonstra o quanto esta realidade é complexa, pois, apesar das diferentes estratégias utilizadas pelos docentes, ela impõe muitas barreiras. Isso vai ao encontro do que afirma Cardoso, Ferreira e Barbosa (2020, p.05), pois “as estratégias de ensino remoto, por mais importantes que sejam no atual contexto, têm diversas limitações e não atendem a todas as crianças e jovens brasileiros da mesma maneira” (CARDOSO; FERREIRA; BARBOSA, 2020, p. 5).

Além disso, também foi questionado aos familiares sobre sua visão sobre os resultados das aulas remotas para aprendizagem de seus filhos.

Gráfico 7- Avaliação dos resultados das aulas remotas para aprendizagem na percepção dos familiares



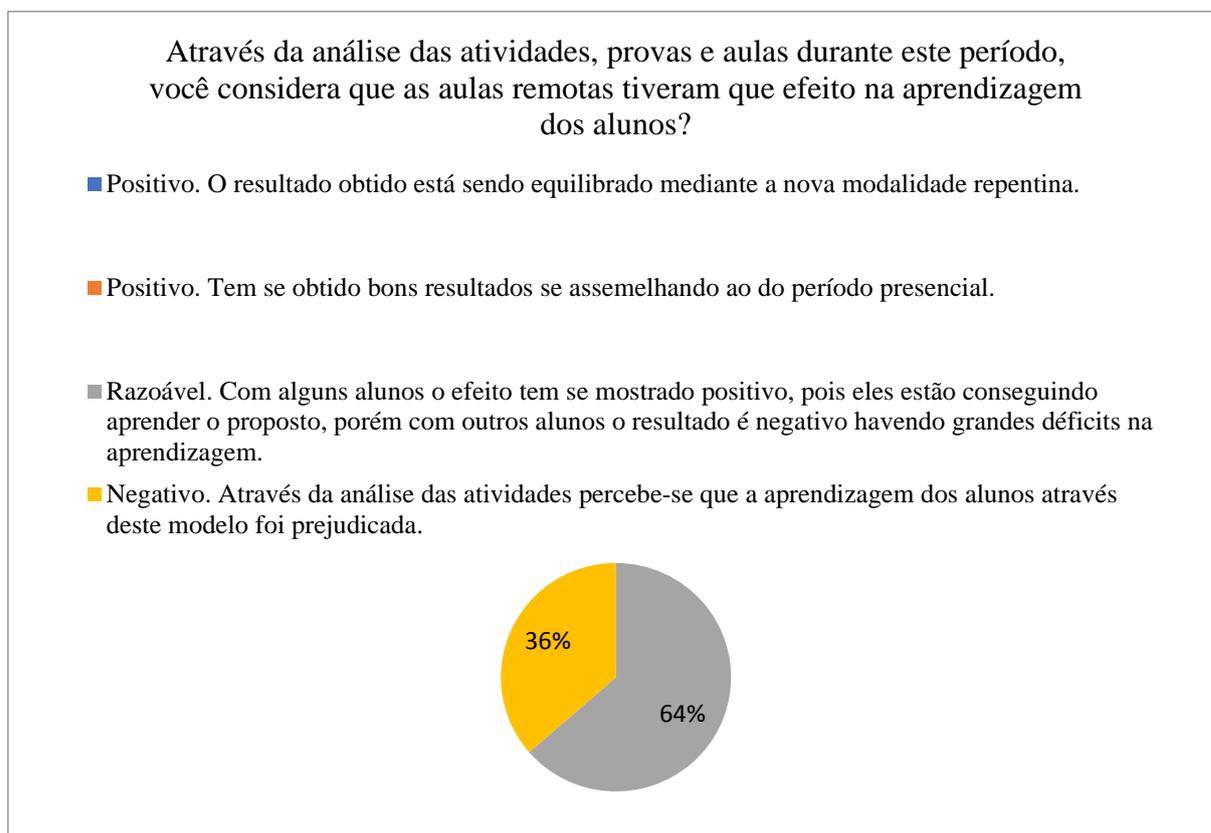
Fonte: autoria própria, 2021.

Novamente aqui pode ser observada a dualidade encontrada na questão anterior, uma vez que metade, 15,49% e 33,8%, sendo assim por volta de 49,29% dos familiares participantes, considera que houve um resultado positivo, o que compreende que o estudante teria conseguido aprender o proposto durante este período, enquanto a outra metade considera o resultado regular 32,39% ou negativo 18,3% (por volta de 50,69%), alegando que houve dificuldades para que o aluno conseguisse aprender durante as atividades não presenciais. De acordo com isso e com a análise das demais questões, percebe-se que as famílias que encontraram maiores dificuldades para se adequarem são aquelas que alegam que a criança

teve sua aprendizagem prejudicada. Retoma-se, aqui, o quão complexa é a inserção desta modalidade em determinados contextos sem nenhum investimento para ajudar essas crianças.

Neste contexto, essa pergunta também foi feita aos docentes, pois através de sua formação e do acompanhamento das atividades, e na análise geral da participação de cada um, eles conseguem compreender e ter um conhecimento maior sobre a aprendizagem de seus alunos.

Gráfico 8- Avaliação dos resultados das aulas remotas para aprendizagem dos alunos na percepção dos educadores



Fonte: de autoria própria, 2021.

Analisando as respostas dos docentes, percebeu-se que nenhum avalia os impactos das atividades não presenciais de modo positivo. Apesar disso, é possível observar que há uma relação com o que foi obtido com os familiares, pois a maioria dos educadores afirma que o resultado é regular, sendo para alguns alunos positivo e para outros nem tanto, havendo

grandes déficits, desse modo reafirmando assim a dualidade no gráfico anterior. Subentende-se, novamente, que um dos pontos para a variação dos resultados é a adaptação e o desafio vivenciado pela família e pelos discentes, aliado também ao citado anteriormente, como a falta de investimentos por parte do sistema de ensino e a falta de preparo dos professores. Os resultados obtidos com esta análise vão ao encontro do que foi afirmado por Cardoso, Ferreira e Barbosa (2020), porquanto

o ensino emergencial à distância não tem capacidade para fornecer os mesmos resultados da aprendizagem presencial, mas poderá diminuir os prejuízos causados pela suspensão das aulas. Provavelmente, a perda de desempenho será maior entre estudantes de baixa renda, pois além da deficiência de acesso às tecnologias tendem a sofrerem mais os impactos emocionais da crise financeira causada pela pandemia, bem como são menos propensos a ter em casa um ambiente de aprendizado adequado, como espaço silencioso, dispositivos que não precisam compartilhar, internet com boa velocidade e auxílio dos pais.(CARDOSO; FERREIRA; BARBOSA, 2020, p. 5)

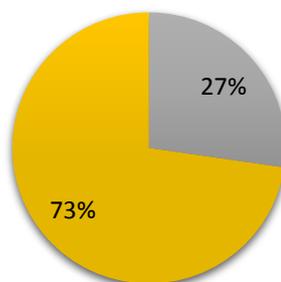
Coloca-se em ênfase, novamente, que a instituição de realização da pesquisa está situada em uma região de periferia, atendendo assim uma população carente. Portanto, o ensino remoto é um modo de tentar manter o vínculo do aluno com a escola e diminuir os prejuízos da suspensão das aulas, o que, para alguns, isso permitirá obter bons resultados, porém considerando a ampla desigualdade social à qual a comunidade está inserida, uma parte da população apresentará grandes prejuízos. Esse é o caso desta instituição, haja vista que, de acordo com as respostas obtidas com professores e familiares, ao menos metade dos alunos da instituição foram prejudicados de algum modo.

Questionou-se, ainda, aos docentes, se de acordo com sua perspectiva haveria prejuízos que necessitariam ser trabalhados em sala de aula quando retornassem ao presencial.

Gráfico 9: Prejuízos e o retorno as aulas presenciais

Em sua opinião, quando as aulas presenciais retornarem pode haver prejuízos a serem corrigidos em sala de aula?

- Não, pois os alunos tem acompanhado e interagido bem através do ensino remoto.
- Não, mesmo que existam dificuldades os alunos tem conseguido aprender o pretendido.
- Sim, em alguns casos, principalmente aqueles que não possuíam aparato tecnológico adequado ou apoio familiar.
- Sim, na maioria dos casos, pois muitos tiveram dificuldades em acompanhar o ensino durante este período pois enfrentaram inúmeras dificuldades.



Fonte: autoria própria, 2021.

Todos os docentes responderam de modo afirmativo, sendo que alguns acreditam que isso ocorrerá em apenas alguns casos; outros consideram que será na maioria dos casos. A partir disso, tem-se que as consequências do ensino remoto na aprendizagem desses alunos do ensino fundamental, Anos Iniciais, foram negativas. Para Cardoso, Ferreira e Barbosa (2020),

impactos do período de pandemia na educação serão sentidos a curto e a longo prazo, como evasão escolar, defasagem de desempenho, reprovação e baixa autoestima dos alunos. A médio e longo prazo é provável que os níveis de qualidade educacional retroajam e a disparidade entre as médias verificadas em avaliações externas aumentem em relação à determinadas regiões e extratos sociais. (2020, p.05)

Em virtude dos fatos mencionados, conclui-se que desafios surgirão para a escola no retorno às aulas presenciais. Assim, necessitarão aderir a novas estratégias para trabalhar os prejuízos de aprendizagem.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diante do exposto, compreende-se que o modelo implementado durante a pandemia, denominado como Ensino Remoto Emergencial é diferente da Educação a distância (EAD), pois foi adotado exclusivamente por causa da necessidade de distanciamento ocasionada pela pandemia da Covid-19. Sendo assim, foram necessárias várias medidas legislativas que regulamentassem e orientassem sobre como este deveria funcionar, nas mais variadas etapas. Com isso, para o Ensino Fundamental, Anos Iniciais, foi definida a desobrigação do cumprimento dos 200 dias letivos e a necessidade de obedecer à carga horária mínima anual. Além disso, estabeleceu-se que os sistemas de ensino que o adotassem deveriam assegurar os meios necessários para realização das atividades por este meio.

A partir disto, de acordo com as informações levantadas por meio deste trabalho, compreende-se que a adoção do Ensino Remoto Emergencial ocasionou diferentes desafios aos envolvidos no processo ensino-aprendizagem, pois estes não tinham a preparação necessária para tal situação e muito menos os recursos suficientes, tendo assim que buscar uma rápida adaptação por meio do próprio esforço. Através da perspectiva de famílias de baixa renda, identificou-se que isto ocorreu de modo mais intenso, uma vez que abrangeu crianças e indivíduos que necessitam de assistência na realização das atividades, e os pais que encontram entraves para proporcionar essa ação.

Perante essas dificuldades, observou-se que as estratégias utilizadas pelos docentes na escola pesquisada, durante este período, foram a busca pelo aperfeiçoamento através de estudos e o custeio dos aparelhos necessários, já que inicialmente a cidade de Anápolis e o sistema municipal de educação não os proporcionou este suporte.

Ademais, também houve a necessidade em se adequar a realidade dos educandos, obedecendo aos recursos sugeridos pelas as orientações do parecer do Conselho Nacional de Educação e pelas diretrizes publicadas pelo município. Diante deste cenário, foram efetuadas atividades mediadas por tecnologias da informação e comunicação, como também aquelas que não necessitavam destes meios. Dessa maneira, houve a possibilidade de que as aulas fossem efetuadas de modo assíncrono, para permitir uma maior flexibilidade às famílias, sendo que os principais artifícios usados foram os aplicativos de mensagens, a produção e

publicação de vídeos e as atividades impressas, para abranger assim aqueles que não possuíam acesso as TICS (tecnologia de informação e comunicação).

Apesar das estratégias e recursos utilizados durante este período na unidade seguirem as orientações de documentos nacionais, e de haverem diferentes possibilidades, notou-se a complexidade da efetuação do Ensino Remoto, principalmente com alunos de baixa renda e da etapa dos anos iniciais, uma vez que esse modelo não consegue oferecer as mesmas oportunidades de aprendizagem para os diversos contextos em que os educandos estão inseridos. Enquanto que alguns teriam a possibilidade de acompanhar as vídeo-aulas e suprir suas dúvidas com os professores, outros apenas buscavam atividades impressas para fazer em casa, muitas vezes sem o suporte familiar.

Posto isto, através da análise dos resultados obtidos na instituição e de informações abordadas em outros trabalhos aqui referenciados, infere-se que a inserção desta modalidade pode ter ampliado a desigualdade de acesso à educação, prejudicando, assim, aqueles que já estão inseridos em situação de extrema pobreza e desestrutura familiar. A partir disto, com a volta as aulas, professores e os demais profissionais da educação terão a grande missão de elaborar estratégias para tentar minimizar os prejuízos aos quais alguns alunos foram inseridos.

Diante disso, fazem-se, assim, necessárias mais pesquisas a respeito desta temática, para aprofundar sobre este cenário causado pela pandemia, as suas conseqüências e como isto poderia ser amenizado, demonstramos, dessa maneira, o intuito de continua-la em trabalhos posteriores.

---

#### **ABSTRACT**

This article aimed to analyze the impacts of Remote Emergency Education in the stage of the Early Years of Elementary School. In this sense, the importance of discussing this new model was observed, as it has generated great changes and challenges in education. Furthermore, we sought to investigate the challenges faced by those involved in the teaching-learning process, the strategies and resources used by the school. Thus, the research was carried out in an exploratory manner and the qualiquantitative method was used, with data collection in a Municipal School of Anápolis. Data collection took place through questionnaires applied to teachers from the initial years, the management team and a sample of students' families. The

study revealed the complexity of the insertion of remote learning at this stage, mainly because it is a phase that covers children who need support, as well as from the perspective of low-income families, as several challenges identified and despite the different means used to carry out the activities not face-to-face, they are unable to offer the same opportunities for the different contexts in which students are inserted, thus bringing deficits to learning.

**Keywords** Emergency Remote Learning; Challenges; Early Years; Elementary School; Pandemic.

---

## REFERÊNCIAS

AVELINO, W. F.; MENDES, J. G. **A realidade da educação brasileira a partir da COVID-19**. Boletim de Conjuntura, Boa Vista, v. 2, n. 5, p. 56-62, 2020. Disponível em: <https://revista.ufr.br/boca/article/view/AvelinoMendes/2892>. Acesso em: 06 nov. 2021.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CP nº: 5/2020, de 28 de abril de 2020**. Dispõe sobre a reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19. Disponível em: < [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=14511-pcp005-20&category\\_slud=marco-2020-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=14511-pcp005-20&category_slud=marco-2020-pdf&Itemid=30192) >. Acesso em: 22 mar. de 2021.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CP nº 15/2020, de 6 de outubro de 2020**. Dispõe sobre Diretrizes Nacionais para a implementação dos dispositivos da Lei nº 14.040, de 18 de agosto de 2020, que estabelece normas educacionais excepcionais a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=160391-pcp015-20&category\\_slug=outubro-2020-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=160391-pcp015-20&category_slug=outubro-2020-pdf&Itemid=30192) . Acesso em: 09 maio de 2021.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Nota de Esclarecimento, de 18 de março de 2020**. Disponível em: < <http://consed.org.br/media/download/5e78b3190caee.pdf> > . Acesso em: 09 maio de 2021.

BRASIL. **Lei nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020**. Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019. **Diário Oficial da União, Brasília, DF, 07 de fevereiro de 2020. p.1**

BRASIL. **Lei. nº 14.040, de 18 de agosto de 2020**. Estabelece normas educacionais excepcionais a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido

pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020; e altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, Brasília, DF, 19 de agosto de 2020, Edição: 159, Seção.1, pg.04. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.040-de-18-de-agosto-de-2020-272981525>>. Acesso em: 09 maio 2021.

BRASIL. **Lei. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. **Medida Provisória nº 934/2020**, de 01 de abril de 2020. Estabelece normas excepcionais sobre o ano letivo da educação básica e do ensino superior decorrentes das medidas para enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF 01 de abril de 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

BEZERRA, A. C. V.; DA SILVA, C. E. M.; SOARES, F. R. G.; SILVA, J. A. M. da. Fatores associados ao comportamento da população durante o isolamento social na pandemia da COVID-19. **Ciência & Saúde Coletiva**. Pré--print, Manuscript ID CSC – 2020-1079

CARDOSO, C. A.; FERREIRA, V. A.; BARBOSA, F. C. G. (Des)igualdade de acesso à educação em tempos de pandemia: uma análise do acesso às tecnologias e das alternativas de ensino remoto. **Revista Com Censo: Estudos Educacionais do Distrito Federal**, [S.l.], v. 7, n. 3, p. 38-46, ago. 2020. ISSN 2359-2494. Disponível em: <<http://www.periodicos.se.df.gov.br/index.php/comcenso/article/view/929>>. Acesso em: 07 nov. 2021

COSTA, K. T.; COSTA, N. T. **Caminhos Para o Ensino Remoto**: Estratégias didáticas e interfaces educativas. 2021. 36 p.

FERNANDES, J. da S. G.; ANDRADE, M. S.; FERREIRA, V. S. Estudo sobre a relação professor-aluno. **Revista de Pós-graduação Multidisciplinar**, v. 1, n. 2, p. 335-346, out. 2017. ISSN 2594-4797. Disponível em: <<http://fics.edu.br/index.php/rpgm/article/view/602>>. Acesso em: 12 maio 2021.

FRANCISCO, D. F.; ARAÚJO, R. L. A importância da relação professor Aluno. **Revista AlfaUnipac**. 2014. Disponível em: <[https://revistas.unipacto.com.br/storage/publicacoes/2014/a\\_importancia\\_da\\_relacao\\_professor\\_aluno\\_7.pdf](https://revistas.unipacto.com.br/storage/publicacoes/2014/a_importancia_da_relacao_professor_aluno_7.pdf)>. Acesso em: 1 mar. 2021.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 107 p.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4º ed. São Paulo. Atlas S. A. 2002. 176 p. ISBN 85-224-3169-8.

GOIÁS. Conselho Estadual de Educação. **Resolução 02/2020, de 17 de março de 2020**. Dispõe sobre o regime especial de aulas não presenciais no Sistema Educativo do Estado de Goiás, como medida preventiva à disseminação do COVID-19. Disponível em: < <https://cee.go.gov.br/resolucao-022020-sobre-o-regime-especial-de-aulas-nao-presenciais/> > . Acesso em: 09 maio 2021.

GOIÁS. **Decreto nº 9.633, de 13 de março de 2020**, Dispõe sobre a decretação de situação de emergência na saúde pública do Estado de Goiás, em razão da disseminação do novo coronavírus (2019-nCoV). Diário Oficial do Estado de Goiás, 13 de março de 2020.

GOIÁS. Secretaria de Estado da Saúde. **Nota Técnica nº: 1/2020 - GAB- 03076**, de 15 de março de 2020. Disponível em: < [https://www.saude.go.gov.br/files/banner\\_coronavirus/notastecnicas\\_1a4.pdf](https://www.saude.go.gov.br/files/banner_coronavirus/notastecnicas_1a4.pdf) > Acesso em: 20 mar. 2021.

HOFFMANN, J. **Avaliar para promover: as setas do caminho**. 10. ed. Porto Alegre: Mediação, 2001.

JACOB, E. **As consequências da pandemia na educação podem ser piores que o esperado**. Disponível em: <https://www.jacobsconsultoria.com.br/post/as-consequ%C3%Aancias-da-pandemia-na-educa%C3%A3o-po-dem-ser-piores-que-o-esperado>. Acesso em: 12 maio 2021.

JOYE, C. R.; MOREIRA, M. M.; ROCHA, S. S. D. Distance Education or Emergency Remote Educational Activity: in search of the missing link of school education in times of COVID-19. **Research, Society and Development**, , v. 9, n. 7, 2020. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/4299>. Acesso em: 29 maio 2021.

LUDOVICO, F. M.; MOLON, J.; BARCELLOS, P. D. S. C. C.; FRANCO, S. R. K. COVID-19: DESAFIOS DOS DOCENTES NA LINHA DE FRENTE DA EDUCAÇÃO. **EDUCAÇÃO**, v. 10, n. 1, p. 58–74, 2020. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/educacao/article/view/9166>. Acesso em: 29 maio 2021.

MOREIRA, J. A.; SCHLEMMER, E. Por um novo conceito e paradigma de educação digital onlife. **Revista UFG**, v. 20, n. 26, 2020. DOI: 10.5216/revufg.v20.63438. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/revistaufg/article/view/63438>. Acesso em: 29 abr. 2021.

OLIVEIRA, R. M.; CORRÊA, Y.; MORÉS, A. Ensino Remoto Emergencial em tempos de covid-19: Formação docente e tecnologias digitais. **Revista internacional de formação de professores**, v. 5, e020028, p. 1-18, 2020. Disponível em: <<https://periodicoscientificos.itp.ifsp.edu.br/index.php/rifp/article/view/179/110>> . Acesso em: 09 maio 2021.

SANTOS, D. E.; SOUSA, L. **A família e a escola**: Desafio para a educação na atualidade. Edição 000110, v. 01, 2017. Disponível em: <[https://semanaacademica.com.br/system/files/artigos/a\\_familia\\_e\\_a\\_escola\\_-\\_artigo\\_leo\\_0.pdf](https://semanaacademica.com.br/system/files/artigos/a_familia_e_a_escola_-_artigo_leo_0.pdf) >. Acesso em: 15 abr. 2021.

SOARES, A. F. **A participação da família no processo ensino-aprendizagem**. Trabalho de conclusão de curso (Graduação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Alvorada, 2010. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/35706/000794897.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 9 nov. 2021.

TORI, R. **Educação sem distância**: as tecnologias interativas na redução de distâncias em ensino e aprendizagem. 2. ed., São Paulo: Artesanato Educacional, 2017.

VAUTHIER, R. L. (2020). **A Participação Da Família No Processo Ensino Aprendizagem**. Rio de Janeiro: Autografia Edição e Comunicação Ltda.

**APÊNDICES**

**APÊNDICE A- Questionário para os docentes**

• **Idade:**

18 a 30 anos     30 a 45 anos     45 a 60 anos     Acima de 60 anos

• **Formação:**

Magistério     Graduado (a)     Pós-graduado (a)     Mestre (a)     Doutor (a)

• **Há quanto tempo exerce a docência:**

1 a 5 anos     6 a 10 anos     10 a 15 anos     mais de 16 anos.

**1. Quais os principais desafios você tem enfrentado como docente durante a pandemia no Ensino Remoto emergencial? Marque as questões abaixo de acordo com o nível de dificuldade vivenciada, sendo 5 para muita e 1 para pouca ou nenhuma.**

- a) Adequação das metodologias, conteúdos e produção de materiais ao atual modelo.  
(1) (2) (3) (4) (5)
- b) Dificuldade de interação, participação e devolutiva de atividades dos alunos.  
(1) (2) (3) (4) (5)
- c) Falta de formação adequada para mídias sociais e recursos tecnológicos.  
(1) (2) (3) (4) (5)
- d) Sobrecarga de trabalho.  
(1) (2) (3) (4) (5)
- e) Reclamações ou falta de colaboração da família dos discentes.  
(1) (2) (3) (4) (5)

**2. Quais os principais desafios você observou que os discentes têm enfrentado durante o Ensino Remoto emergencial? ? Marque as questões abaixo de acordo com o nível de dificuldade observada, sendo 5 para muita e 1 para pouca ou nenhuma.**

- a) Falta de recursos (computador, smartpone e internet).  
(1) (2) (3) (4) (5)
- b) Dificuldade de aprendizagem.  
(1) (2) (3) (4) (5)
- c) Falta de apoio familiar por falta de tempo.  
(1) (2) (3) (4) (5)
- d) Ausência de apoio pela baixa escolaridade dos familiares.  
(1) (2) (3) (4) (5)

**3. Através da análise das atividades, provas e aulas durante este período, você considera que as aulas remotas tiveram que efeito na aprendizagem dos alunos?**

- ( ) Positivo. O resultado obtido está sendo equilibrado mediante a nova modalidade repentina.
- ( ) Positivo. Tem se obtido bons resultados, se assemelhando ao do período presencial.
- ( ) Razoável. Com alguns alunos o efeito tem se mostrado positivo, pois eles estão conseguindo aprender o proposto, porém com outros alunos o resultado é negativo havendo grandes déficits na aprendizagem.
- ( ) Negativo. Através da análise das atividades percebe-se que a aprendizagem dos alunos através deste modelo foi prejudicada.

**4. Durante esse período como tem se efetuado a relação professor-aluno?**

- ( ) Ela se efetiva através de aulas síncronas por vídeo conferencia.
- ( ) O vínculo está sendo mantido através de mensagens em aplicativos.
- ( ) A relação tem sido reduzida, onde há explicação de conteúdo através de vídeos enviados ou mensagens para grupos em aplicativos, e os alunos ou pais apenas postam as atividades e esclarecem duvidas.
- ( ) A relação é quase nula através deste ambiente, sendo que o contato se efetiva na maior parte das vezes somente com os pais.

**5. Com a suspensão súbita das aulas presenciais e o início das atividades através do ensino remoto, pressupõe-se que algumas dificuldades foram enfrentadas, sendo assim comente quais foram as estratégias utilizadas por você para superar os desafios encontrados e se adaptar e adequar sua metodologia ao atual contexto?**

---

---

---

---

---

---

---

---

**6. Quais foram os recursos utilizados para tentar levar o ensino aos alunos de acordo com suas distintas realidades?**

- a) Realizou aulas síncronas por vídeo conferencia através de aplicativos (google meet, zoom).
  - ( ) sim ( ) periodicamente ( ) ocasionalmente ( ) não
- b) Efetuou a gravação de vídeo e disponibilizou através de plataformas virtuais (classroom, whatsapp, youtube).
  - ( ) sim ( ) periodicamente ( ) ocasionalmente ( ) não
- c) Selecionou e utilizou diferentes vídeos de plataformas virtuais (youtube, google, tiktok) para explicação do conteúdo.
  - ( ) sim ( ) periodicamente ( ) ocasionalmente ( ) não

d) Efetuou as aulas através de aplicativos assíncronos (Whatsapp, google classroom), disponibilizando atividades por meio destes, fornecendo explicação e esclarecendo dúvidas.

sim  periodicamente  ocasionalmente  não

e) Disponibilização de atividades impressas.

sim  periodicamente  ocasionalmente  não

f) Utilizou atividades do livro didático.

sim  periodicamente  ocasionalmente  não

g) Utilizou material disponível na internet (Livros em PDF, aulas de pesquisa).

sim  periodicamente  ocasionalmente  não

h) Utilizou recursos lúdicos virtuais ( filmes, desenhos e jogos educativos) .

sim  periodicamente  ocasionalmente  não

i) Outros? Cite qual.

---

---

**7. Em sua opinião, quando as aulas presenciais retornarem pode haver prejuízos a serem corrigidos em sala de aula?**

Não, pois os alunos tem acompanhado e interagido bem através do ensino remoto.

Não, mesmo que existam dificuldades os alunos tem conseguido aprender o pretendido.

Sim, em alguns casos, principalmente aqueles que não possuíam aparato tecnológico adequado ou apoio familiar.

Sim, na maioria dos casos, pois muitos tiveram dificuldades em acompanhar o ensino durante este período pois enfrentaram inúmeras dificuldades.

APÊNDICE B- Questionário para a equipe gestora.

• **Idade:**

18 a 30 anos  30 a 45 anos  45 a 60 anos  Acima de 60 anos

• **Formação:**

Magistério  Graduado (a)  Pós-graduado (a)  Mestre (a)  Doutor (a)

• **Cargo:**

Diretor  Coordenador pedagógico.

• **Há quanto tempo atua no cargo:**

1 a 5 anos  6 a 10 anos  10 a 15 anos  mais de 16 anos.

**1- Quais foram as medidas que a Prefeitura tomou para auxiliar as escolas e os professores durante a pandemia e o ensino remoto? Houve algum programa de formação continuada ou auxílio?**

---

---

---

---

---

---

---

**2- Quais os maiores desafios a equipe gestora enfrentou durante a pandemia e o ensino remoto? Marque as questões abaixo de acordo com o nível de dificuldade vivenciada, sendo 5 para muita e 1 para pouca ou nenhuma.**

- a) Reclamação realizadas pelos pais dos alunos, relatando que os professores estão enviando muitas atividades.  
(1) (2) (3) (4) (5)
- b) Risco de contaminação (covid-19) com troca de materiais, apostilas e livros.  
(1) (2) (3) (4) (5)
- c) Dificuldade para estabelecer diálogo e ajudar os familiares e os alunos.  
(1) (2) (3) (4) (5)
- d) Auxiliar os professores em suas dificuldades.  
(1) (2) (3) (4) (5)
- e) Falta de apoio dos sistemas de ensino.  
(1) (2) (3) (4) (5)

**3- Quais as estratégias a escola utilizou durante o período de aulas remotas para ajudar os professores e os alunos? Que resultados se obteve através destas?**

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

#### **APÊNDICE C- Questionário para a família**

- **Idade:** ( ) 18 a 30 anos ( ) 30 a 45 anos ( ) 45 a 60 anos ( ) Acima de 60 anos.
- **Sexo:** ( ) Feminino ( ) Masculino
- **Estado Civil:** ( ) Solteiro ( ) Casado ( ) Divorciado ( ) Viúvo
- **Formação:**  
( ) Nunca estudei.

- Ensino fundamental incompleto.  
 Ensino Fundamental completo.  
 Ensino médio incompleto.  
 Ensino médio completo.  
 Graduado (a)  
 Pós-graduado (a)
- 1. Quais os principais desafios você como familiar do aluno enfrentou durante o Ensino Remoto emergencial? Marque as questões abaixo de acordo com o nível de dificuldade vivenciada, sendo 5 para muita e 1 para pouca ou nenhuma.**
- a) Falta de internet e recursos (computador ou smartphone).  
(1) (2) (3) (4) (5)
- b) Dificuldade para conseguir auxiliar o aluno, por falta de conhecimento.  
(1) (2) (3) (4) (5)
- c) Falta de tempo para acompanhar e auxiliar o aluno durante as aulas.  
(1) (2) (3) (4) (5)
- d) Falta de apoio da escola.  
(1) (2) (3) (4) (5)
- e) Dificuldade de obter diálogo com o professor.  
(1) (2) (3) (4) (5)
- 2. Como familiar do estudante, através da observação e acompanhamento dele durante este período como você avalia o resultado das atividades não presenciais na aprendizagem dele?**
- Resultado positivo, pois o estudante tem conseguido aprender com facilidade o conteúdo repassado pelos professores.  
 Resultado positivo. Há um pouco de dificuldade, mas no geral o estudante conseguiu aprender o que foi proposto.  
 Resultado regular. O aluno tem se empenhado nas atividades, mas não consegue se adaptar bem com as atividades não presenciais.  
 Resultado Negativo, há grande dificuldade em acompanhar e tomar conhecimento do conteúdo repassado.
- 3. Como você avalia as aulas remotas e o acompanhamento do professor durante este período?**
- As aulas são boas e de fácil compreensão, os recursos utilizados estão de acordo com a minha realidade e o professor tem colaborado suprimindo dúvidas e dificuldades.  
 As aulas são boas e de fácil compreensão, os recursos utilizados estão de acordo com minha realidade, porém há dificuldade no contato com o professor para suprir dúvidas.  
 As aulas são boas, porém não estão de acordo com minha situação, mas o professor busca ajudar.

- As aulas são de difícil compreensão, mas os recursos estão de acordo com a minha realidade e o professor tem colaborado suprindo dúvidas e dificuldades.
- As aulas são de difícil compreensão, os recursos não estão de acordo com a minha realidade e há dificuldade no contato com o professor.

## **TERMO DE ESCLARECIMENTO**

Título do Projeto de pesquisa: ENSINO REMOTO EMERGENCIAL: UM ESTUDO ACERCA DOS DESAFIOS E ESTRATÉGIAS PARA OS ANOS INICIAIS EM TEMPOS DE PANDEMIA.

Pesquisador Responsável: Camila Soares da Cruz Barbosa; Ana Lara Cardoso Coelho

Professor Orientador: Leandro Frederico da Silva

Nome \_\_\_\_\_ do \_\_\_\_\_ participante:

Data de nascimento: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

Você está sendo convidado (a) para ser participante do Projeto de pesquisa intitulado “ENSINO REMOTO EMERGENCIAL: UM ESTUDO ACERCA DOS DESAFIOS E ESTRATÉGIAS PARA OS ANOS INICIAIS EM TEMPOS DE PANDEMIA” de responsabilidade do (a) pesquisador (a) Camila Soares da Cruz Barbosa e Ana Lara Cardoso Coelho.

1. O trabalho tem como objetivo identificar os principais desafios vivenciados no processo ensino-aprendizagem e as estratégias utilizadas durante a pandemia e o ensino remoto nos anos iniciais do ensino fundamental, tendo como finalidade obter informações a respeito desta realidade atípica na educação.
2. Os participantes não terão nenhuma despesa ao participar da pesquisa e poderão retirar sua concordância na continuidade da pesquisa a qualquer momento.
3. Não há nenhum valor econômico a receber ou a pagar aos voluntários pela participação, no entanto, caso haja qualquer despesa decorrente desta participação haverá o seu ressarcimento pelos pesquisadores
4. O nome dos participantes será mantido em sigilo, assegurando assim a sua privacidade, e se desejarem terão livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, enfim, tudo o que queiram saber antes, durante e depois da sua participação.
5. Os dados coletados serão utilizados única e exclusivamente, para fins desta pesquisa, e os resultados poderão ser publicados.

Qualquer dúvida, pedimos a gentileza de entrar em contato com Camila Soares ou Ana Lara Cardoso pesquisador (a) responsável pela pesquisa, telefone: (62) 99510-1561; (62) 99424-8632, e-mail: Cah.14.2010@hotmail.com com os pesquisadores *Camila e Ana Lara*.